



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

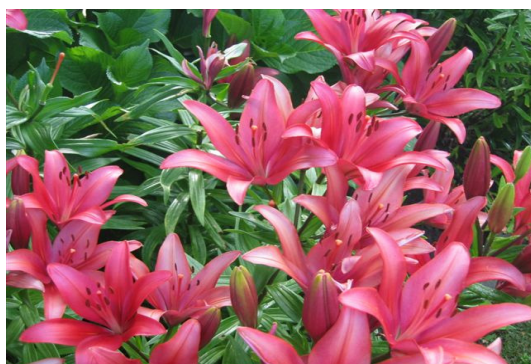
GPPAA
Gabinete de Planeamento
e Política Agro-Alimentar

FRUTAS

HORTÍCOLAS

FLORES

DIAGNÓSTICO SECTORIAL



2007

DOCUMENTO COORDENADO PELO GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

Índice Geral

1. Caracterização do Sector.....	12
1.1. Importância Económica da Actividade	12
1.2. Estrutura da Produção.....	14
1.2.1. Evolução da área e da produção	14
1.2.2. Caracterização e repartição regional das explorações agrícolas.....	24
1.2.3. Rendimento da Actividade e custos de produção.....	32
1.3. Transformação e Comercialização de Frutos e Hortícolas	45
1.3.1. A Indústria de Conservação de Frutos e Hortícolas.....	45
1.3.2. Estruturas de comercialização de frescos	56
1.4. Organização da Fileira.....	59
1.4.1. Introdução.....	59
1.4.2. As organizações de produtores.....	59
1.4.3 Distribuição	63
1.5. Evolução do Mercado	66
1.6. Qualidade e Segurança Alimentar	73
1.7. Desempenho Ambiental	76
1.7.1. Modos de produção particulares: agricultura biológica, produção integrada e protecção integrada	78
1.7.2. Destino das embalagens vazias	80
1.7.3. Explorações que utilizam material de protecção apropriado ao aplicador de produtos fitofarmacêuticos.....	81
2. Política de Apoios	82
2.1. Apoios	82

2.1.1. Apoios ao Investimento	82
2.1.2. Medidas Agro-Ambientais	86
2.1.3. Apoios no âmbito das Organizações Comuns de Mercado.....	86
2.2. Evolução da Organização Comum de Mercado	87

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução do Peso da Produção do Ramo Agrícola	12
Quadro 2- Taxa de crescimento médio anual dos índices de valor, quantidades e preços das produções hortofrutícolas, no período 1996 a 2005	13
Quadro 3- Variação da área de frutos frescos, por região, entre 1999 e 2005	15
Quadro 4 - Variação da produção de frutos frescos, por região, entre os triénios 1998-2000 e 2003-2005.....	15
Quadro 5 - Variação da área de citrinos, por região, entre 1999 e 2005.....	16
Quadro 6 - Variação da produção de citrinos, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00.....	16
Quadro 7 - Variação da área de frutos secos, por região, entre 1999 e 2005	18
Quadro 8 - Variação da produção de frutos secos, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00	18
Quadro 9 - Variação da área de hortícolas frescos, por região, entre 1996 e 2002.....	19
Quadro 10 - Variação da produção de hortícolas frescos, por região, entre os triénios 2000-02 e 1996-98	20
Quadro 11 - Variação da área de batata, por região, entre 1999 e 2005	21
Quadro 12 - Variação da produção de batata, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00.....	21
Quadro 13 - Variação da área de tomate para a indústria, por região, entre 1999 e 2005 .	22
Quadro 14 - Variação da produção de tomate para a indústria, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00.....	22
Quadro 15 - Variação da área de flores e plantas ornamentais, por região, entre 1995 e 2005	23
Quadro 16 - Peso da área de fruteiras na SAU, por região.....	24
Quadro 17 - Repartição regional das explorações com frutos frescos e das respectivas áreas, por classes de área de frutos frescos.....	25

Quadro 18 - Repartição regional das explorações com citrinos e das respectivas áreas, por classes de área de citrinos	26
Quadro 19 - Repartição regional das explorações com frutos sub-tropicais e das respectivas áreas, por classes de área de frutos sub-tropicais	27
Quadro 20 - Repartição regional das explorações com frutos secos e das respectivas áreas, por classes de área de frutos secos	27
Quadro 21 - Peso da área de hortícolas na SAU, por região	28
Quadro 22 - Repartição regional das explorações com hortícolas em estufa e das respectivas áreas, por classes de área de hortícolas em estufa.....	28
Quadro 23 - Repartição regional das explorações com hortícolas intensivas ao ar livre e das respectivas áreas, por classes de área de hortícolas intensivas ao ar livre.....	29
Quadro 24 - Repartição regional das explorações com hortícolas extensivas e das respectivas áreas, por classes de área de hortícolas extensivas.....	30
Quadro 25 - Repartição regional das explorações com tomate para indústria e das respectivas áreas, por classes de área de tomate para indústria	30
Quadro 26 - Peso da Área de flores de corte, folhagens e plantas ornamentais na SAU, por região	31
Quadro 27 - Repartição regional das explorações com flores e folhagens e das respectivas áreas, por classes de área de flores e folhagens	31
Quadro 28 - Peso da Margem Bruta das explorações com fruteiras, no total da Margem Bruta das Explorações, por região	32
Quadro 29 - Repartição da Área das fruteiras pelas explorações especializadas em fruticultura e não especializadas, por região.....	34
Quadro 30 - Peso da Margem Bruta das fruteiras pelas explorações especializadas em fruticultura e não especializadas, por região.....	34
Quadro 31 - Repartição da Margem Bruta da Fruticultura, segundo a Dimensão Económica das Explorações Agrícolas em que existem, por Região.....	34
Quadro 32 - Peso da Margem Bruta das explorações com hortícolas, no total da Margem Bruta das Explorações, por região.....	35

Quadro 33 - Repartição da Área de hortícolas pelas explorações especializadas em horticultura e não especializadas, por região	37
Quadro 34 - Peso da Margem Bruta de hortícolas pelas explorações especializadas em horticultura e não especializadas, por região	37
Quadro 35 - Repartição da Margem Bruta da Horticultura, segundo a Dimensão Económica das Explorações Agrícolas em que existem, por Região.....	37
Quadro 36 - Repartição da Margem Bruta da Floricultura, segundo a Dimensão Económica das Explorações Agrícolas em que Existem, por Região.....	38
Quadro 37 - Caracterização das empresas da Indústria de Conservação de Frutos e Hortícolas, segundo as classes de trabalhadores em 2003.....	45
Quadro 38 - Empresas, Volume de Negócios e Emprego da Indústria de Conservação de Frutos e de Produtos Hortícolas, por dimensão económica (2003, em %).....	46
Quadro 39 - Evolução do número de unidades e valor das vendas da indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas, por destinos e por subsectores.....	47
- Evolução do valor das vendas da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, por destinos	48
Quadro 40 - Comércio Internacional da indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas, em valor	49
Quadro 41 - Peso do VPC das Organizações de Produtores no total nacional	61
Quadro 42 - Organizações de Produtores em Portugal e na UE-15 em 2002	63
Quadro 43 - Taxa de crescimento médio anual do índice de preços no período 1997 a 2005 (%).....	66
Quadro 44 - Evolução do Comércio Internacional português de frutos frescos, secos e secados: 2000 a 2004 (EUR).....	69
Quadro 45 - Evolução do Comércio Internacional português de hortícolas frescos: 2000 a 2004 (EUR).....	70
Quadro 46 - Evolução do Comércio Internacional português de flores e plantas vivas: 2000 a 2004 (EUR).....	72
Quadro 47 - Peso e valor da produção certificada de frutos em 2004	75

Quadro 48 – Peso de cada espécie na produção total de frutos certificados	75
Quadro 49 – Resultados do controlo no local às Boas Práticas Agrícolas em operadores com Medidas Agro-Ambientais em 2004	78
Quadro 50 - Áreas de fruticultura aprovadas pelas Medidas Agro-Ambientais, por ano, aos modos de Agricultura Biológica, Produção Integrada e Protecção Integrada.....	79
Quadro 51 - Áreas de hortícolas candidatas às Medidas Agro-Ambientais, por ano, aos modos de AB, PRODI e PI	80
Quadro 52 – Número de Operadores e áreas de produção notificadas em Modo de Produção Biológica no período de 1993 a 2005.....	80
Quadro 53 – Destino das embalagens vazias nas explorações agrícolas com Pomares em 2002	81
Quadro 54 - Explorações que utilizam material de protecção apropriado ao aplicador	81
Quadro 55 - Despesa Pública Anual (pagamentos)	82
Quadro 56 - Programa AGRO - Medida 1 - Plantações.....	83
Quadro 57 - Medida 1 - Acção 1.2 - Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	84
Quadro 58 – Investimento Total Efectuado em Explorações Agrícolas Especializadas em Fruticultura, Horticultura e Floricultura	84
Quadro 59 - Investimentos em Centrais Fruteiras e Hortícolas.....	85
Quadro 60 - Investimentos em Indústrias de Transformação de Frutos e Hortícolas	85
Quadro 61 - Despesa Pública Anual (Pagamentos). PAMAF (Medida 5.1) e AGRO (Medida 2)	86
Quadro 62 – Distribuição dos subsídios pagos em 2004	86
Quadro 63 – Despesas FEOGA-Garantia.....	87

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de frutos frescos (inc. citrinos) e estrutura dos consumos intermédios.....	39
Gráfico 2- Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de frutos secos e estrutura dos consumos intermédios.....	40
Gráfico 3- Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de horticultura intensiva e estrutura dos consumos intermédios.....	41
Gráfico 4- Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de horticultura extensiva e estrutura dos consumos intermédios	42
Gráfico 5 - Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de horticultura intensiva em estufas e abrigos altos e estrutura dos consumos intermédios	43
Gráfico 6 - Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de floricultura e estrutura dos consumos intermédios	44
Gráfico 7.....	48
Gráfico 8 - Evolução do valor das vendas da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, por destinos	48
Gráfico 9 - Evolução do valor das vendas da indústria de preparação e conservação de frutos e hortícolas por processos não especificados, por destinos	51
Gráfico 10 - Evolução do valor das vendas da indústria de fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas, por destinos	52
Gráfico 11 - Evolução do valor das vendas da indústria de congelação de frutos e de produtos hortícolas, por destinos	53
Gráfico 12 - Evolução do valor das vendas da indústria de descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis, por destinos.....	54
Gráfico 13 - Distribuição das Organizações de Produtores pelas categorias de reconhecimento.....	60
Gráfico 14 - Distribuição Regional das Organizações de Produtores.....	62
Gráfico 15 - Índices de preços na produção e ao consumidor (1997=100) dos frutos	66

Gráfico 16 – Índices de preços na produção e ao consumidor (1997=100) dos hortícolas... 67

Índice de Mapas

Mapa 1 - Peso da MBS da Fruticultura no total da MBS das explorações agrícolas..... 33

Mapa 2 - Peso da MBS da Horticultura no total da MBS das explorações agrícolas 36

Mapa 3 - Indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas - nº de empresas de transformação (Médias e Grandes empresas) 47

Mapa 4 - Indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas - nº de empresas de transformação (Total de empresas)..... 47

Introdução

Portugal tem um conjunto de recursos e vantagens que lhe permitem desenvolver a fileira das frutas, hortícolas e flores e conquistar, com sustentabilidade, posições mais competitivas nos mercados, afirmando os atributos de qualidade intrínseca e de precocidade que já hoje são reconhecidos, quer por consumidores quer por operadores, internos e externos. No entanto, também apresenta fragilidades, que importa colmatar com determinação, para se afirmar como sector determinante no cumprimento do objectivo de contribuir para o desenvolvimento do sector agro-alimentar e, em simultâneo, para a diminuição do défice alimentar do país, questão essencial para todo o sector, já que o seu agravamento é uma constante desde finais da década de 80.

É, pois, com o objectivo de caracterizar estes sectores no momento actual, analisar a sua evolução e identificar os problemas que, no contexto de uma globalização dos mercados, lhes são desde já colocados e podem constituir ameaças no futuro, que procedemos a este estudo.

Esteve sempre subjacente a preocupação de realçar os aspectos concretos que constituem, desde logo, vantagens e progressos do sector, e os problemas e deficiências existentes ou em risco de ocorrerem, ao longo de toda a cadeia de produção, desde a matéria-prima ao consumidor final.

1. Caracterização do Sector

1.1. Importância Económica da Actividade

Na estrutura da produção agrícola, os “vegetais e produtos hortícolas” (esta rubrica inclui os hortícolas frescos e as plantas e flores) constituem a componente com maior peso na agricultura portuguesa. O peso do valor da produção destes produtos na produção agrícola passou de 16,0% no quinquénio 1996-00 para 20,4% no quinquénio 2001-05, o que evidencia que, não só estes produtos são os mais importantes, como têm visto o seu peso aumentar. Este aumento deve-se sobretudo ao comportamento dos **hortícolas frescos** que evidenciaram a subida mais expressiva (10,5% para 13,6%) (Quadro 1).

A importância relativa destes produtos fica reforçada uma vez que o peso da produção vegetal na produção agrícola se manteve estável (59,0% para 58,9%).

Os frutos, terceira componente mais importante na estrutura da produção agrícola, baixaram ligeiramente o seu peso relativo: 13,0% para 12,1%. Numa trajectória contrária, as plantas e flores, ao longo da década 1996-05, reforçaram o seu peso relativo (5,5% para 6,7%), o que se ficou a dever à rubrica plantações, onde se registou igualmente um crescimento de cerca de 1%.

Quadro 1 - Evolução do Peso da Produção do Ramo Agrícola

PORTUGAL	Quinquénio 1996 a 2000 (%)	Quinquénio 2001 a 2005 (%)
Vegetais e Produtos Hortícolas	16,0	20,4
Hortícolas frescos	10,5	13,6
Plantas e flores	5,5	6,7 (*)
Flores e plantas ornamentais	2,3	2,3 (*)
Plantações	2,8	3,7 (*)
Batatas	2,3	1,5
Frutos	13,0	12,1
Frutos frescos	6,2	6,3
Citridos	1,8	1,7
Frutos sub-tropicais	0,2	0,2
Uva de mesa	0,6	0,6 (*)
Produção Vegetal	59,0	58,9

Fonte: INE, Contas Económicas da Agricultura. Valores a preços correntes, no produtor
(*) 2001 a 2004

No período 1996 a 2005, a produção de vegetais e produtos hortícolas, registou um crescimento médio anual, em valor, de 4,6%, evolução esta devida sobretudo às quantidades que cresceram a um ritmo médio de quase 3% ao ano (Quadro 2). Atendendo às componentes do agregado Vegetais e Produtos Hortícolas, as Plantas e Flores registaram um significativo crescimento médio anual em valor (7,3%), como resultado de crescimentos médios anuais de 4% nas quantidades e 3,2% nos preços.

Quadro 2- Taxa de crescimento médio anual dos índices de valor, quantidades e preços das produções hortofrutícolas, no período 1996 a 2005

PORTUGAL	%		
	Índice Valor	Índice Quantidades	Índice Preços
Vegetais e Produtos Hortícolas	4,6	2,9	1,7
Hortícolas frescos	3,5	2,3	1,1
Plantas e flores (*)	7,3	4,0	3,2
Flores e plantas ornamentais (*)	4,1	-1,8	6,0
Plantações (*)	8,9	7,5	1,4
Batatas	-5,4	-8,4	3,3
Frutos	-1,4	-0,9	-0,6
Frutos frescos	0,2	-0,5	0,8
Citrinos	-1,8	-0,8	-1,0
Frutos sub-tropicais	-3,2	-5,4	2,3
Uva de mesa (*)	5,8	-0,8	6,7
Produção Vegetal	-0,8	-1,5	0,7

Fonte: INE, Contas Económicas da Agricultura. Valores a preços no produtor

(*) 1996 a 2004

O valor da produção dos frutos registou, no período 1996 a 2005, um crescimento médio anual negativo (-1,4%) que se ficou a dever a um efeito conjugado da evolução dos preços e das quantidades, mais acentuado neste último caso.

No que diz respeito ao comportamento das componentes do agregado, aqui designado por Frutos (que são os frutos frescos, os citrinos, os frutos subtropicais, as uvas e as azeitonas), destaca-se a evolução dos frutos subtropicais, cujo decréscimo médio em valor foi o principal responsável pela evolução, em valor, das frutas.

1.2. Estrutura da Produção

1.2.1. Evolução da área e da produção

Frutos

Nas duas últimas décadas assistiu-se, em termos globais, em Portugal, a um crescimento moderado da produção de frutos, com excepção dos citrinos cuja produção aumentou consideravelmente.

No período mais recente não se registaram variações globais muito significativas no sector, importando contudo destacar alguns dados relativos a cada um dos subgrupos. Para tal, apresenta-se um conjunto de quadros que reflectem a evolução das áreas no período entre 1999 e 2003 e das respectivas produções nos triénios 1998-00 e 2003-05.

Nos **frutos frescos**, apesar de não ter havido uma alteração significativa da área total, registou-se um acréscimo de 18% na produção, o que reflecte uma melhoria da produtividade que importa assinalar.

Destacam-se os casos do Ribatejo e Oeste que, diminuindo ligeiramente a área total, aumentou a produção em cerca de 27%, e de Trás-os-Montes que regista um aumento assinalável da área, cerca de 7%, e sobretudo da produção, com quase 40%.

Apesar desta evolução positiva, e embora se trate de um parâmetro que impõe uma análise espécie a espécie, importa assinalar a baixa produtividade registada em todo o país. De facto, para o conjunto dos frutos frescos, a produtividade média não atinge as 9 toneladas/ha e em nenhuma região vai além das 10 toneladas/ha.

Em termos de distribuição regional, o Ribatejo e Oeste é a região com maior peso, representando cerca de 50% da área e da produção, seguida de Trás-os-Montes, com quase 20% (Quadro 3 e Quadro 4).

Quadro 3- Variação da área de frutos frescos, por região, entre 1999 e 2005

Região	1999	2005 (1)	Varição 2005/1999 (%)
Entre Douro e Minho	2 771	2 924	5,5
Trás-os-Montes	9 815	10 507	7,0
Beira Litoral	3 822	3 823	0,0
Beira Interior	7 315	7 326	0,1
Ribatejo e Oeste	27 154	26 522	-2,3
Alentejo	2 635	2 691	2,1
Algarve	4 334	4 175	-3,7
CONTINENTE	57 846	57 969	0,2

Fonte: INE

(1) Dados provisórios

Area - ha

Inclui: Ameixa, Cereja, Damasco, Diospiro, Figo, Ginja, Kiwi, Maçã, Marmelo, Nêspera, Pêra, Pêssego e Romã.

Não inclui: Ananás, Banana, Abacate, Uva de Mesa, Morango, Meloa, Melão 'e Pequenos Frutos

Quadro 4 - Variação da produção de frutos frescos, por região, entre os triénios 1998-2000 e 2003-2005

Região	triénio 1998-00	triénio 2003-05	Varição triénios 2003-05/1998-00 %
Entre Douro e Minho	19 793	20 943	5,8
Trás-os-Montes	70 164	97 678	39,2
Beira Litoral	51 455	38 276	-25,6
Beira Interior	51 012	54 804	7,4
Ribatejo e Oeste	206 714	263 441	27,4
Alentejo	18 194	19 933	9,6
Algarve	14 745	16 100	9,2
CONTINENTE	432 077	511 175	18,3

Fonte: INE

Dados provisórios em 2005

Produção - t

Inclui: Ameixa, Cereja, Damasco, Diospiro, Figo, Ginja, Kiwi, Maçã, Marmelo, Nêspera, Pêra, Pêssego e Romã.

Não inclui: Ananás, Banana, Abacate, Uva de Mesa, Morango, Meloa, Melão 'e Pequenos Frutos

Nos citrinos, a situação é idêntica, com uma área total estável e algum acréscimo na produção obtida. Este acréscimo resulta quase exclusivamente do Algarve, já que no resto do país, com excepção pouco significativa da Beira Interior, há uma redução generalizada das quantidades produzidas.

O Algarve, que tem quase 70% da área e 80% da produção, registou um acréscimo da produção de cerca de 17%, decorrente do aumento da produtividade, crescendo ainda mais a concentração deste sub-sector nesta região (Quadros 5 e 6).

Apesar da evolução positiva registada no Algarve, de 11,6 para 13,6 toneladas/ha, a produtividade média é inferior a 12 toneladas/ha.

Quadro 5 - Variação da área de citrinos, por região, entre 1999 e 2005

Região	1999	2005 (1)	Variação 2005/1999 (%)
Entre Douro e Minho	700	702	0,3
Trás-os-Montes	589	583	-1,0
Beira Litoral	1 106	1 107	0,1
Beira Interior	440	438	-0,5
Ribatejo e Oeste	3 430	3 582	4,4
Alentejo	2 245	2 183	-2,8
Algarve	17 751	17 749	0,0
CONTINENTE	26 263	26 343	0,3

Fonte: INE

(1) Dados provisórios

Área - ha

Inclui: laranja, limão, tângera, tangerina e toranja

Quadro 6 - Variação da produção de citrinos, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00

Região	triénio 1998-00	triénio 2003-05	Variação triénios 2003-05/1998-00 %
Entre Douro e Minho	7 311	7 137	-2,4
Trás-os-Montes	5 331	4 283	-19,6
Beira Litoral	11 078	9 467	-14,5
Beira Interior	3 870	4 085	5,6
Ribatejo e Oeste	39 072	30 698	-21,4
Alentejo	21 724	15 276	-29,7
Algarve	206 495	241 944	17,2
CONTINENTE	294 880	312 890	6,1

Fonte: INE

Dados provisórios em 2005

Produção - t

Inclui: laranja, limão, tângera, tangerina e toranja

No grupo dos frutos secos (que inclui a castanha), assiste-se a uma estabilização da área global, com redução acentuada no Alentejo e no Algarve e algum aumento no Norte (Trás os Montes e Entre Douro e Minho).

No que se refere à produção, a situação é bastante mais negativa, com uma redução significativa do volume produzido (mais de 20%) entre os triénios considerados, o que reflecte um decréscimo da já bastante baixa produtividade física, que é inferior a 1 tonelada/ha. A redução ocorreu sobretudo nas regiões de Trás-os-Montes e no Algarve, e, em menor grau, na Beira Interior e no Alentejo, ficando a dever-se à perda de importância da amêndoa, espécie com tradição naquelas regiões.

As regiões de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral destacam-se por terem registado um aumento de produção próximo dos 40%.

A crise que a cultura da amendoeira atravessa tem consequências ao nível da produção, mas reflecte-se também na degradação de um elemento paisagístico de grande valor, com particular expressão nalgumas zonas do país.

A região de Trás-os-Montes, concentra cerca de 70% da área e cerca de 80% da produção de frutos secos. Para além da importância da amêndoa que, no período em apreciação, diminuiu acentuadamente, esta região concentra mais de 80% da produção de castanha, produto e cultura que registam evolução positiva (Quadros 7 e 8).

Uma nota positiva neste segmento: no período de 2001 a 2004, as plantações de frutos de casca rijas, no âmbito do Programa AGRO, atingiram 2 312 hectares (2 103 hectares instalados na Região Norte), superando no mesmo período as plantações de pomóideas e também as de citrinos e prunóideas.

A instalação de novos pomares e as melhorias esperadas na organização da produção, por via da recente constituição de novos agrupamentos de produtores para alguns destes produtos, deverão contribuir para a alteração da dinâmica negativa que tem afectado este sub-sector.

Quadro 7 - Variação da área de frutos secos, por região, entre 1999 e 2005

Região	1999	2005 (1)	Variação 2005/1999 (%)
Entre Douro e Minho	655	673	2,7
Trás-os-Montes	48 620	50 066	3,0
Beira Litoral	1 189	1 187	-0,2
Beira Interior	4 685	4 651	-0,7
Ribatejo e Oeste	751	761	1,4
Alentejo	1 599	1 392	-12,9
Algarve	13 899	13 168	-5,3
CONTINENTE	71 398	71 898	0,7

Fonte: INE

(1) Dados provisórios

Area - ha

Inclui: Amêndoa, Avelã, Castanha e Noz

Quadro 8 - Variação da produção de frutos secos, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00

Região	triénio 1998-00	triénio 2003-05	Variação triénios 2003-05/1998-00 %
Entre Douro e Minho	613	869	41,8
Trás-os-Montes	53 500	40 042	-25,2
Beira Litoral	1 794	2 465	37,4
Beira Interior	3 636	3 365	-7,5
Ribatejo e Oeste	739	744	0,7
Alentejo	1 697	1 500	-11,6
Algarve	2 452	1 859	-24,2
CONTINENTE	64 430	50 844	-21,1

Fonte: INE

Dados provisórios em 2005

Produção - t

Inclui: Amêndoa, Avelã, Castanha e Noz

Hortícolas

A área total de **culturas hortícolas** foi, em 2003, de 33 mil hectares, à qual correspondeu uma produção de cerca de 788 mil toneladas. Estes valores representam, relativamente a 2002, um aumento da área e de produção de 4% e 6%, respectivamente, na linha de crescimento contínuo que este sector vem registando.

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução das áreas entre 1996 e 2002, e da produção nos triénios 1996-98 e 2000-02, por região.

A evolução positiva, tanto nas áreas (31%), como no volume de produção (27%), ocorreu em todas as regiões do país, com particular destaque para o Alentejo, cuja área e produção aumentaram 84% e 58%. Os valores menos elevados registaram-se no Algarve e no Ribatejo e Oeste, regiões em que este sector já está mais bem implantado. O Ribatejo e Oeste concentra quase 60% da área e da produção do Continente.

A produção de hortícolas frescos está concentrada na faixa litoral do país, com as zonas produtoras do Entre Douro e Minho e, sobretudo, do Alentejo, a ganhar uma importância crescente, tirando partido das condições naturais extremamente favoráveis de algumas zonas do litoral, nomeadamente do Sudoeste Alentejano (Quadros 9 e 10).

Quadro 9 - Variação da área de hortícolas frescos, por região, entre 1996 e 2002

Região	1996	2002	Varição 2002/1996 (%)
Entre Douro e Minho	2 311	3 178	37,5
Trás-os-Montes	462	670	44,9
Beira Litoral	2 213	2 722	23,0
Beira Interior	177	241	36,3
Ribatejo e Oeste	14 532	17 760	22,2
Alentejo	2 615	4 802	83,6
Algarve	1 915	2 303	20,3
CONTINENTE	24 225	31 676	30,8

Fonte: INE

Área - ha

Inclui: alface, couve flor, couve brócolo, couve repolho, lombardo, couve tronchuda, grelos, melão, melancia, morango, pimento, tomate fresco, fava, feijão verde, cebola, cenoura e outras hortícolas

Quadro 10 - Variação da produção de hortícolas frescos, por região, entre os triénios 2000-02 e 1996-98

Região	triénio 1996-98	triénio 2000-02	Varição triénios 2000-02/1996-98 (%)
Entre Douro e Minho	45 114	60 162	33,4
Trás-os-Montes	8 837	11 998	35,8
Beira Litoral	41 084	49 323	20,1
Beira Interior	2 879	3 784	31,4
Ribatejo e Oeste	328 206	403 430	22,9
Alentejo	47 383	74 686	57,6
Algarve	53 381	63 758	19,4
CONTINENTE	526 884	667 140	26,6

Fonte: INE

Produção - t

Inclui: alface, couve flor, couve brócolo, couve repolho, lombardo, couve tronchuda, grelos, melão, melancia, morango, pimento, tomate fresco, fava, feijão verde, cebola, cenoura e outras hortícolas

A batata, tradicionalmente um dos mais importantes produtos da agricultura portuguesa, vem registando ao longo das últimas duas décadas uma diminuição da área e da respectiva produção. As regiões do Ribatejo e Oeste, da Beira Litoral e de Trás-os-Montes, concentram mais de 75% da produção nacional deste produto.

No período de 1999 a 2005, para a área, e do triénio 1998-00 a 2003-05, para a produção, houve uma redução bastante acentuada desta cultura, com quebras de 34% e 23%, respectivamente. Esta evolução negativa estendeu-se a todas as regiões do país e está associada a alterações dos hábitos de consumo e ao aumento das importações (Quadros 11 e 12).

Apesar de se tratar de um sector que se caracteriza por uma deficiente organização, que se traduz em problemas graves de escoamento da produção nacional com uma certa regularidade, tem havido alguma evolução, como mostra o acréscimo de produtividade ocorrido no período em apreciação.

Quadro 11 - Variação da área de batata, por região, entre 1999 e 2005

Região	1999	2005 (1)	Variação 2005/1999 (%)
Entre Douro e Minho	7 782	5 450	-30,0
Trás-os-Montes	15 244	10 875	-28,7
Beira Litoral	13 113	9 635	-26,5
Beira Interior	6 414	3 543	-44,8
Ribatejo e Oeste	13 758	7 939	-42,3
Alentejo	1 723	1 208	-29,9
Algarve	944	476	-49,6
CONTINENTE	58 978	39 126	-33,7

Fonte: INE

(1) Dados provisórios

Área - ha

Quadro 12 - Variação da produção de batata, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00

Região	triénio 1998-2000	triénio 2003-2005	Variação triénios 2003-05/1998-00 (%)
Entre Douro e Minho	102 178	71 443	-30,1
Trás-os-Montes	153 947	125 820	-18,3
Beira Litoral	251 230	196 966	-21,6
Beira Interior	62 425	43 138	-30,9
Ribatejo e Oeste	211 417	162 870	-23,0
Alentejo	22 220	16 779	-24,5
Algarve	15 692	11 943	-23,9
CONTINENTE	819 110	628 958	-23,2

Fonte: INE

Dados provisórios em 2005

Produção - t

Nos quadros 13 e 14 apresenta-se a evolução das áreas e das produções do tomate para indústria, cultura em que ocorreram ao longo dos anos oscilações nas áreas e produções, verificando-se uma acentuada concentração na região do Ribatejo e Oeste e num número cada vez mais reduzido de produtores.

A área total diminuiu cerca de 10% entre 1999 e 2005, mas o volume de produção aumentou mais de 6% entre os triénios 1998-00 e 2003-05. No Alentejo e na Beira Litoral há uma redução muito grande das áreas e, mais pequena, da produção, enquanto no Ribatejo e Oeste, que concentra mais de 80% da produção, se mantém a área e aumenta a produção em quase 10%.

É relevante registar como principais indicadores da evolução verificada na produção de tomate para a indústria:

Uma redução sustentada e muito significativa do número de produtores, de 5 850 na campanha de 1996/97 para 817 na campanha de 2004/05. As áreas e produções médias por agricultor evoluíram, no mesmo período, de, respectivamente, 2,8 hectares e 150 toneladas, para 17,2 hectares e 1 435 toneladas;

O acréscimo sustentado das produtividades, de 54,2 t/ha na campanha de 1996/97 para 72,1 toneladas/ha na campanha de 2004/05, com um pico de 78,2 toneladas/ha na campanha de 2001/02 (na campanha de 1996/97 a produção de matéria-prima foi de cerca de 890 mil toneladas numa área que em pouco superou os 16 mil hectares e na de 2004/05 de 1 011 mil toneladas para uma área de 14 mil hectares).

Quadro 13 - Variação da área de tomate para a indústria, por região, entre 1999 e 2005

Região	1999	2005 (1)	Variação 2005/1999 (%)
Beira Litoral	54	39	-27,8
Ribatejo e Oeste	10 980	10 966	-0,1
Alentejo	4 093	2 679	-34,5
CONTINENTE	15 127	13 684	-9,5

Fonte: INE

(1) Dados provisórios

Area - ha

Quadro 14 - Variação da produção de tomate para a indústria, por região, entre os triénios 2003-05 e 1998-00

Região	triénio 1998-2000	triénio 2003-2005	Variação triénios 2003-05/1998-00 (%)
Beira Litoral	3 253	3 000	-7,8
Ribatejo e Oeste	793 235	872 122	9,9
Alentejo	200 912	186 266	-7,3
CONTINENTE	997 401	1 061 388	6,4

Fonte: INE

Dados provisórios em 2005

Produção - t

Nota - **Produção utilizável** - Recurso que inclui as quantidades disponíveis para as eventuais utilizações dentro e fora da agricultura, resultantes do processo de produção durante o período de referência, após a dedução das perdas de colheita e de transporte do campo para a exploração agrícola e das destruições efectuadas no próprio campo.

Flores

As regiões mais importantes na produção de **flores e plantas ornamentais** são, por ordem de importância, o Ribatejo e Oeste, Entre Douro e Minho e a Beira Litoral.

Na década de 1995 a 2005 verificou-se um aumento de cerca de 70% na área de floricultura no Continente. Esta evolução estendeu-se praticamente a todas as regiões (excepção feita à Beira Interior), sendo de destacar Entre Douro e Minho, onde a área passou de 154 para 327 hectares, o que representa um crescimento de 112% e o Ribatejo e Oeste, onde a área passou de 403 para 532 hectares, correspondendo a um crescimento de 32% (Quadro 15).

Quadro 15 - Variação da área de flores e plantas ornamentais, por região, entre 1995 e 2005

Região	1995	2005	Variação 2005/1995 (%)
Entre Douro e Minho	154	327	112,3
Trás-os-Montes	12	79	558,3
Beira Litoral	118	179	51,7
Beira Interior	7	3	-57,1
Ribatejo e Oeste	403	532	32,0
Alentejo	32	110	243,8
Algarve	89	145	62,9
CONTINENTE	815	1375	68,7

Fonte: INE (Inquérito à Estrutura da Exploração Agrícola; 1995 e 2005)
Área - ha

Quanto à importância dos tipos de floricultura por região, destacam-se as flores de corte no Ribatejo e Oeste e em Entre Douro e Minho, as folhagens de corte e complementos de flores no Alentejo e as plantas ornamentais na Beira Litoral, Entre Douro e Minho, Algarve e Ribatejo e Oeste. No que se refere às flores de corte, as mais representativas, em termos de área, produção e número de explorações, são cravo e cravina, crisântemo, gerbera, gladiolo, lillium e rosa. Existem, ainda, algumas espécies que são cultivadas apenas em alguns períodos do ano (Outono/Inverno e Primavera/Verão) e que, apesar de não atingirem produções muito elevadas, têm grande importância a nível regional e local. São exemplo a alstroemeria, a íris e a frésia.

No Continente existem oito explorações de protea, perfazendo uma área de 11 hectares, localizadas na Beira Litoral e no Alentejo, que não têm a nível do sector um peso significativo, mas que são o exemplo de uma cultura com sucesso, nomeadamente na exportação.

1.2.2. Caracterização e repartição regional das explorações agrícolas

Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999, a nível do Continente existiam 150 653 explorações dedicadas à produção de frutos frescos e secos, totalizando 156 248 hectares, com uma área média por exploração de 0,9 hectares.

A área das fruteiras repartia-se, em 1999 (RGA), predominantemente por três regiões: 36% em Trás-os-Montes, 28% no Algarve e 18% no Ribatejo e Oeste.

A fruticultura¹ ocupa, no Continente, 4% da SAU (Quadro 16), peso que se acentua no Algarve, ocupando quase metade da área agrícola, 44%, e em Trás-os-Montes, onde atinge 12%.

Quadro 16 - Peso da área de fruteiras na SAU, por região

Região Agrária	SAU Total das Explorações		Área Total das Fruteiras		Peso
	ha	Peso no Continente %	ha	Peso no Continente %	%
Entre Douro e Minho	215 675	6	4 018	3	2
Trás-os-Montes	457 881	12	55 974	36	12
Beira Litoral	169 779	5	5 363	3	3
Beira Interior	418 977	11	11 464	7	3
Ribatejo e Oeste	447 853	12	28 161	18	6
Alentejo	1 924 043	51	6 879	4	0
Algarve	101 932	3	44 389	28	44
Continente	3 736 140	100	156 248	100	4

Fonte: RGA 99

¹ Os recenseamentos agrícolas, realizados decenalmente (levantamento exaustivo das explorações agrícolas), bem como os três inquéritos de actualização efectuados no espaço que medeia entre os mesmos, e que apuram as características estruturais das explorações agrícolas, nos quais se inclui, os produtos frutícolas e hortícolas, são sistematizados de forma diferente daquela em que são apresentados na listagem de produtos contemplados na Organização Comum de Mercado (OCM) de Frutas e Hortícolas. As diferenças são as seguintes:

- nos primeiros, o melão, a melancia e o morango são considerados produtos hortícolas, enquanto na OCM pertencem ao grupo das frutas;
- nos inquéritos, a uva de mesa constitui uma subdivisão da vinha, não pertencendo aos frutos frescos, na OCM é fruto fresco;
- a castanha no inquérito é considerada fruto seco e na OCM fruto fresco.

Estes constituem os motivos porque na informação que se segue se procede a algumas inclusões ou exclusões, tornando confusa a abordagem da informação relativa a este sector.

No Quadro 17 apresenta-se a distribuição das explorações agrícolas com **frutos frescos** e das respectivas áreas destas espécies pelas diferentes regiões agrárias, de acordo com a dimensão que estas culturas assumem em cada exploração, estratificadas por classes de área.

Quadro 17 - Repartição regional das explorações com frutos frescos e das respectivas áreas, por classes de área de frutos frescos

REGIÃO AGRÁRIA	Classes de área (ha)										
	0 a < 2		2 a < 5		5 a < 10		> = 10		TOTAL		
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
Entre Douro e Minho	47	96	26	3	14	1	13	0	1 868	5 106	0,4
Trás-os-Montes	44	93	20	4	16	2	19	1	9 051	14 130	0,6
Beira Litoral	46	95	19	3	14	1	20	1	3 563	7 475	0,5
Beira Interior	28	90	19	6	16	2	38	2	6 769	7 085	1,0
Ribatejo e Oeste	25	82	22	11	20	4	33	3	24 614	15 986	1,5
Alentejo	25	92	19	5	8	1	48	1	2 686	3 270	0,8
Algarve	65	97	16	3	8	1	11	0	3 791	8 425	0,4
Continente	34	91	21	6	17	2	29	1	52 342	61 477	0,9

Fonte: RGA 99

Nota: Não inclui os citrinos, os frutos subtropicais, a uva de mesa, o morango, a melancia, o melão e a meloa
o (dado inferior a 0,5 %)

A primeira constatação é que a área média é inferior a 1 hectare, valor que é superado apenas no Ribatejo e Oeste com cerca de 1,5 hectares.

Mais de um terço da área total está dispersa por 91% das explorações que têm menos de 2 hectares de superfície de fruteiras, situação que coexiste com a concentração de quase 30% da área em apenas 1% das explorações com mais de 10 hectares. As explorações com mais de 5 hectares ocupam 46% da área total e representam 3% das explorações.

A área integrada em explorações com menos de 2 hectares atinge quase 50% em três regiões (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira Litoral) e é de 65% no Algarve.

Esta pulverização da actividade por explorações com menos de 2 hectares de fruteiras é particularmente significativa na região de Trás-os-Montes, que representa quase 20% da área e da produção de frutos frescos.

Em três regiões, Beira Interior, Ribatejo e Oeste e Alentejo, a importância das explorações com mais de 10 hectares de superfície de fruteiras é bastante elevada. Nestas regiões, as explorações com superfícies superiores a 5 hectares ocupam mais de metade da superfície regional de fruteiras, apresentando uma área média superior a 10 hectares.

A superfície de fruteiras (frutos frescos) está concentrada nas regiões do Ribatejo e Oeste, seguida por Trás-os-Montes e pela Beira Interior, que representam quase 80% da superfície total.

Relativamente às explorações com **citrinos**, Quadro 18, constata-se a sua predominância no Algarve, com 67% da área total de pomares do Continente, e onde 38% da área se encontra em manchas por exploração acima de 10 hectares, valor que sobe para mais de 50% se considerarmos como dimensão mínima 5 hectares.

A área média é também inferior a 1 hectare, valor que só é superado no Algarve, com cerca de 1,5 hectares.

Nas restantes regiões do país a superfície de citrinos encontra-se pulverizada.

Quadro 18 - Repartição regional das explorações com citrinos e das respectivas áreas, por classes de área de citrinos

REGIÃO AGRÁRIA	Classes de área (ha)										
	0 a < 2		2 a < 5		5 a < 10		> = 10		TOTAL		
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
Entre Douro e Minho	78	99	11	1	3	0,1	8	0	696	4 929	0,1
Trás-os-Montes	72	98	19	2	5	0,2	4	...	585	2 350	0,2
Beira Litoral	88	100	8	0	2	...	2	...	631	4 579	0,1
Beira Interior	85	99	6	0	8	0,2	0	0	415	2 649	0,2
Ribatejo e Oeste	66	97	19	2	9	0,5	6	0	2 789	8 044	0,3
Alentejo	58	96	23	4	8	1	11	0	2 188	5 142	0,4
Algarve	25	83	21	11	16	4	38	3	15 124	9 964	1,5
Continente	39	94	20	4	13	1	28	1	22 428	37 657	0,6

Fonte: RGA 99

... (segredo estatístico)

No que respeita aos **frutos subtropicais**, Quadro 19, é de salientar que 65% da área se situa em Entre Douro e Minho, essencialmente relativa a Kiwi, da qual 42% se espalha por pomares de área de 4 ou mais hectares, valor que sobe para quase 70% nos pomares com mais de 2 hectares.

A região que concentra a actividade apresenta a estrutura mais favorável, como acontece nos restantes sectores já analisados.

Bastante favorável é também a situação do Algarve por nela predominarem os restantes frutos subtropicais e em que as explorações com mais de 4 hectares representam quase 50% da área total.

Quadro 19 - Repartição regional das explorações com frutos sub-tropicais e das respectivas áreas, por classes de área de frutos sub-tropicais

REGIÃO AGRÁRIA	Classes de área (ha)										
	0 a < 1		1 a < 2		2 a < 4		> = 4		TOTAL		
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
Entre Douro e Minho	14	76	17	11	27	9	42	4	780	984	0,8
Trás-os-Montes	43	90	55	...	0	0	0	0	4	21	0,2
Beira Litoral	30	84	29	11	13	2	28	2	173	343	0,5
Beira Interior	100	100	0	0	0	0	0	0	4	36	0,1
Ribatejo e Oeste	75	96	25	4	0	0	0	0	12	70	0,2
Alentejo	37	88	63	12	0	0	0	0	7	33	0,2
Algarve	20	82	16	9	16	5	47	4	217	294	0,7
Continente	19	80	19	10	23	6	40	3	1 197	1 781	0,7

Fonte: RGA 99

Nota: Inclui anona, banana, ananás, abacate, kiwi, maracujá e outros
... (segredo estatístico)

Nos **frutos secos**, Quadro 20, é de realçar que 58% da sua área se localiza em Trás-os-Montes, onde têm grande representatividade a castanha e a amêndoa, 31% no Algarve, sobretudo com destaque para a alfarroba e, ainda com algum relevo, 5% na Beira Interior.

Em Trás-os-Montes a área distribui-se de forma quase equivalente pelos diferentes escalões considerados, salientando-se o facto de 21% da área se apresentar em pomares de 10 ou mais hectares e de 77% das explorações possuírem menos de 2 hectares.

Também no Algarve 71% das explorações com **frutos secos** possuem menos de 2 hectares, embora 58% da sua área total se apresente em pomares de 4 ou mais hectares.

Quadro 20 - Repartição regional das explorações com frutos secos e das respectivas áreas, por classes de área de frutos secos

REGIÃO AGRÁRIA	Classes de área (ha)												
	0 a < 1		1 a < 2		2 a < 4		4 a < 10		> = 10		TOTAL		
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
Entre Douro e Minho	29	85	20	8	22	4	24	2	5	0	674	1 378	0,5
Trás-os-Montes	14	58	16	19	21	13	28	8	21	2	46 334	28 087	1,6
Beira Litoral	47	90	17	6	17	3	16	1	4	0	996	2 425	0,4
Beira Interior	20	70	19	16	25	10	19	4	16	1	4 276	3 966	1,1
Ribatejo e Oeste	25	87	13	6	18	4	25	2	19	1	746	1 352	0,6
Alentejo	4	63	6	12	12	11	19	8	58	5	1 997	828	2,4
Algarve	10	52	12	19	20	15	30	11	28	3	25 258	11 702	2,2
Continente	13	61	15	17	21	12	28	8	23	2	80 281	49 738	1,6

Fonte: RGA 99

Nota: Inclui a amêndoa, castanha, avelã, noz e alfarroba
o (dado inferior a 0,5 %)

De acordo com o Recenseamento Geral Agrícola de 1999, existiam no Continente 45 616 explorações com **culturas hortícolas**, com uma área de 46 037 hectares.

A horticultura representava 1% da SAU das explorações, com maior peso no Ribatejo e Oeste, onde o valor atingia 6%. Esta região é a mais importante, detendo 61% da área total com horticultura no Continente (Quadro 21).

Quadro 21 - Peso da área de hortícolas na SAU, por região

Região Agrária	SAU Total das Explorações		Área Total com Horticultura		Peso
	ha	Peso no Continente %	ha	Peso no Continente %	%
Entre Douro e Minho	215 675	6	2 829	6	1
Trás-os-Montes	457 881	12	505	1	0
Beira Litoral	169 779	5	2 561	6	2
Beira Interior	418 977	11	460	1	0
Ribatejo e Oeste	447 853	12	27 981	61	6
Alentejo	1 924 043	51	9 508	21	0
Algarve	101 932	3	2 193	5	2
Continente	3 736 140	100	46 037	100	1

Fonte: RGA 99

Nos Quadros 22, 23 e 24 apresenta-se a repartição das áreas dos vários sistemas de produção de hortícolas, extensivo, intensivo em estufa e ao ar livre, e das respectivas explorações por dimensão da mancha das culturas.

Quadro 22 - Repartição regional das explorações com hortícolas em estufa e das respectivas áreas, por classes de área de hortícolas em estufa

REGIÃO	Classes de área (ha)										TOTAL		
	0 a < 0,1		0,1 a < 0,2		0,2 a < 0,5		0,5 a < 1		> = 1		Área (ha)	Nº Expl.	Área/exploração (ha)
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)			
Entre Douro e Minho	12	49	18	22	42	23	20	5	7	1	215	1 325	0,2
Trás-os-Montes	15	49	26	28	34	18	20	5	5	...	18	133	0,1
Beira Litoral	10	55	11	17	24	17	17	6	39	5	109	514	0,2
Beira Interior	17	62	38	26	27	9	19	...	0	0	3	34	0,1
Ribatejo e Oeste	2	20	3	13	18	32	24	21	53	15	493	884	0,6
Alentejo	4	41	5	17	15	20	14	11	62	10	37	88	0,4
Algarve	o	13	1	11	6	22	12	21	80	33	645	582	1,1
Continente	3	36	5	17	17	24	18	12	57	10	1 520	3 560	0,4

Fonte: RGA 99

... (segredo estatístico)

o (dado inferior a 0,5 %)

A superfície de hortícolas em estufa concentra-se nas regiões do Algarve e do Ribatejo e Oeste, as quais representam respectivamente 42% e 32% da área total do Continente.

Enquanto a área média por exploração no Continente era de 0,4 hectares, nestas regiões atingiam 1,1 e 0,6 hectares por exploração (Quadro 22).

De realçar que mais de 60% da área está integrada em explorações com mais de 1 hectare de estufas, valor que sobe para 80% no Algarve.

As explorações nestas condições representam 10% do total do Continente e mais de 30% no Algarve.

Estes indicadores reflectem um grau de especialização bastante elevado.

Quadro 23 - Repartição regional das explorações com hortícolas intensivas ao ar livre e das respectivas áreas, por classes de área de hortícolas intensivas ao ar livre

REGIÃO	Classes de área (ha)										TOTAL		
	0 a < 0,1		0,1 a < 0,2		0,2 a < 0,5		0,5 a < 1		> = 1		Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)			
Entre Douro e Minho	2	16	7	26	20	30	24	16	47	12	2 177	4 880	0,4
Trás-os-Montes	3	25	10	26	25	29	21	12	41	8	213	618	0,3
Beira Litoral	6	37	13	29	22	22	17	8	43	5	1 654	5 723	0,3
Beira Interior	2	12	27	53	28	25	16	6	26	3	281	1 175	0,2
Ribatejo e Oeste	o	3	1	11	6	28	10	22	82	36	11 294	8 024	1,4
Alentejo	o	3	3	16	13	39	18	26	66	16	1 967	2 317	0,8
Algarve	1	8	5	19	26	46	20	16	48	11	570	1 131	0,5
Continente	1	15	4	22	11	29	14	16	70	18	18 157	23 868	0,8

Fonte: RGA 99

o (dado inferior a 0,5 %)

A área média por exploração de hortícolas intensivas ao ar livre é de 0,8 hectares, sendo que apenas no Ribatejo e Oeste ultrapassa 1 hectare, a região com mais de 60% da área total do país (Quadro 23).

As explorações com menos de 1 hectare de hortícolas ocupam mais de 50% da área em todas as regiões, excepto no Alentejo e Ribatejo e Oeste. Esta última região destaca-se também pela percentagem das explorações que têm mais de 1 hectare, que atinge o valor de 36%. A superfície média nas explorações com mais de 1 hectare varia de 1,8 hectares em Entre Douro e Minho a cerca de 3,5 hectares no Alentejo e no Ribatejo e Oeste.

Quadro 24 - Repartição regional das explorações com hortícolas extensivas e das respectivas áreas, por classes de área de hortícolas extensivas

REGIÃO	Classes de área (ha)										
	0 a < 1		1 a < 2		2 a < 4		> = 4		TOTAL		
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
Entre Douro e Minho	72	98	13	2	10	1	5	...	403	2 742	0,1
Trás-os-Montes	70	95	16	4	7	1	7	o	227	767	0,3
Beira Litoral	65	97	13	2	6	o	16	o	725	3 787	0,2
Beira Interior	54	94	18	4	14	1	15	1	163	622	0,3
Ribatejo e Oeste	26	74	20	14	22	8	32	4	4 024	4 240	0,9
Alentejo	13	67	11	16	11	8	65	9	1 079	613	1,8
Algarve	58	93	20	5	12	2	10	1	899	2 933	0,3
Continente	36	89	17	7	16	3	30	2	7 520	15 704	0,5

Fonte: RGA 99

... (segredo estatístico)

o (dado inferior a 0,5 %)

Na horticultura extensiva a área média é de cerca de 0,5 hectares e só no Alentejo este valor é superior a 1 hectare (Quadro 24).

Trata-se de uma actividade que se concentra no Ribatejo e Oeste e nalgumas zonas do Alentejo, do Algarve e da Beira Litoral.

Há um claro predomínio das muito pequenas superfícies (menos de 1 ha), situação em que se encontram quase 90% das explorações e 36% da área total. Apenas 30% da área está em manchas com mais de 4 hectares.

O Ribatejo e Oeste e o Alentejo têm quase 70% da área total.

Quadro 25 - Repartição regional das explorações com tomate para indústria e das respectivas áreas, por classes de área de tomate para indústria

REGIÃO	Classes de área (ha)										
	0 a < 1		1 a < 2		2 a < 4		> = 4		TOTAL		
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
Beira Litoral	1	42	0	0	13	25	85	33	54	12	4,5
Ribatejo e Oeste	2	17	5	20	10	21	84	42	10 979	1 881	5,8
Alentejo	o	4	2	12	10	25	87	58	4 093	591	6,9
Continente	1	14	4	18	10	22	85	46	15 127	2 484	6,1

Fonte: RGA 99

o (dado inferior a 0,5 %)

A área de tomate para indústria encontra-se essencialmente no Ribatejo e Oeste, onde mais de 40% das explorações têm área superior a 4 hectares e ocupam 84% da área regional. Nesta região a dimensão média das explorações ronda os 6 hectares (Quadro 25).

De acordo com os dados do RGA de 1999, existiam no Continente 1 774 explorações de **flores de corte, folhagens e plantas ornamentais**, que totalizavam uma área de 942 hectares (Quadro 26), distribuindo-se da seguinte forma: ar livre e abrigo baixo, 884 explorações com 461 hectares e estufa e abrigo baixo, 1 122 explorações com 467 hectares. A dimensão média das explorações era inferior a 1 hectare.

Quadro 26 - Peso da Área de flores de corte, folhagens e plantas ornamentais na SAU, por região

Região Agrária	SAU Total das Explorações		Área Total Flores e Plantas Ornamentais		Peso
	ha	Peso no Continente %	ha	Peso no Continente %	%
Entre Douro e Minho	215 675	6	196	21	0,09
Trás-os-Montes	457 881	12	32	3	0,01
Beira Litoral	169 779	5	162	17	0,10
Beira Interior	418 977	11	2	0	0,00
Ribatejo e Oeste	447 853	12	364	39	0,08
Alentejo	1 924 043	51	122	13	0,01
Algarve	101 932	3	64	7	0,06
Continente	3 736 140	100	942	100	0,03

Fonte: RGA 99

Quadro 27 - Repartição regional das explorações com flores e folhagens e das respectivas áreas, por classes de área de flores e folhagens

Região Agrária	Classes de Área (ha)												TOTAL		
	<0,025		0,025 a < 0,1		0,1 a 0,25		0,25 a < 1		1 a < 5		>= 5		Área (ha)	Nº. Expl.	Área/exploração (ha)
	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)	Área (%)	N. Expl. (%)			
Entre Douro e Minho	0,5	12,5	3,3	0,3	8,9	23,7	33,6	31,5	25,2	5,8	12,2	1,0	214	502	0,4
Trás-os-Montes	o	3,1	3,3	0,1	40,0	52,0	56,7	37,0	-	-	-	-	30	127	0,2
Beira Litoral	o	14,5	3,0	0,4	4,9	19,7	13,4	18,1	26,8	8,8	34,1	2,0	164	249	0,7
Beira Interior	o	55,6	o	0,1	...	7,4	42,9	18,5	-	7,4	-	-	7	27	0,3
Ribatejo e Oeste	o	6,3	0,8	0,2	4,1	27,1	13,2	27,1	26,4	15,4	60,6	4,5	242	221	1,1
Alentejo	...	1,4	...	0,0	3,4	3,6	10,3	5,7	27,6	2,1	90,7	3,6	29	140	0,2
Algarve	o	9,7	o	0,1	2,1	16,1	10,4	35,5	24,0	21,0	96,8	8,1	96	62	1,5
Continente	0,2	11,5	1,9	0,2	5,8	25,6	17,8	28,3	22,1	8,5	2,5	38,3	893	1217	0,7

Fonte: INE, Inquérito à Floricultura, 2002

o (dado inferior a 0,5%)

...(segredo estatístico)

As regiões mais importantes são Entre Douro e Minho, a Beira Litoral e o Ribatejo e Oeste, sendo esta última a de maior ocupação de área em produção de flores (27%) e Entre Douro e Minho a região com maior número de explorações (41%), como se constata no Quadro 27.

Mais de metade das explorações têm uma área de floricultura entre 0,1 a 1 hectare, tendo também muita relevância as que apresentam mais de 5 hectares.

1.2.3. Rendimento da Actividade e custos de produção

1.2.3.1. Origem da Margem Bruta Sectorial

O quadro e mapa seguintes permitem visualizar a importância relativa da fruticultura em cada uma das regiões, dada pelo peso da margem bruta da actividade no total da margem bruta das explorações da região, a qual varia de 3% no Alentejo até 50% no Algarve. Trás-os-Montes, Beira Interior e Ribatejo e Oeste têm uma posição intermédia, com 14,3%, 11% e 13,6%, respectivamente.

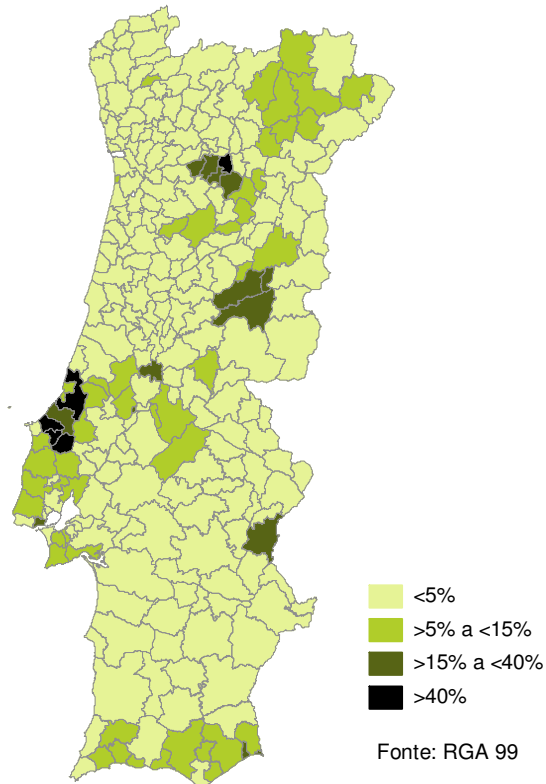
Quadro 28 - Peso da Margem Bruta das explorações com fruteiras, no total da Margem Bruta das Explorações, por região

Região Agrária	Margem Bruta do Total das Explorações (EUR)	Margem Bruta das Explorações com Fruteiras (EUR)	Peso (%)
Entre Douro e Minho	355 969 177	7 251 266	2,0
Trás-os-Montes	341 221 401	48 880 111	14,3
Beira Litoral	313 943 605	11 323 405	3,6
Beira Interior	126 625 730	13 923 989	11,0
Ribatejo e Oeste	644 225 695	87 864 341	13,6
Alentejo	375 569 711	11 947 212	3,2
Algarve	118 188 034	59 876 322	50,7
Continente	2 275 743 352	241 066 645	10,6

Fonte: RGA 99

Nota - A Margem Bruta não contempla Ajudas

Mapa 1 - Peso da MBS da Fruticultura no total da MBS das explorações agrícolas



Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição da área de fruteiras e da margem bruta obtida na actividade fruticultura pelas explorações especializadas² e não especializadas em cada região.

² Nas explorações com especialização em fruticultura a margem bruta resultante destas actividades representa pelo menos dois terços da margem bruta total da exploração.

Quadro 29 – Repartição da Área das fruteiras pelas explorações especializadas em fruticultura e não especializadas, por região

Região Agrária	Explorações Especializadas em Fruticultura (%)	Outras Explorações (%)
Entre Douro e Minho	35,0	65,0
Trás-os-Montes	34,6	65,4
Beira Litoral	41,2	58,8
Beira Interior	44,4	55,6
Ribatejo e Oeste	62,2	37,8
Alentejo	34,5	65,5
Algarve	69,4	30,6
Continente	50,4	49,6

Fonte: RGA 99

Quadro 30 - Peso da Margem Bruta das fruteiras pelas explorações especializadas em fruticultura e não especializadas, por região

Região Agrária	Explorações Especializadas em Fruticultura (%)	Outras Explorações (%)
Entre Douro e Minho	39,4	60,6
Trás-os-Montes	39,1	60,9
Beira Litoral	43,5	56,5
Beira Interior	54,8	45,2
Ribatejo e Oeste	65,6	34,4
Alentejo	38,9	61,1
Algarve	82,6	17,4
Continente	60,7	39,3

Fonte: RGA 99

Nota - A Margem Bruta não contempla Ajudas

As explorações especializadas em fruticultura têm cerca de 50% da área total de fruteiras e obtêm cerca de 60% da margem bruta das fruteiras. Pese embora tratar-se de informação agregada, que exigirá uma análise mais detalhada, constata-se que as explorações especializadas têm uma produtividade (margem bruta da actividade /área da actividade) cerca de 50% superior, em média, à das restantes.

O nível de especialização varia bastante entre as várias regiões do país, sendo relativamente elevado no Ribatejo e Oeste e, sobretudo, no Algarve, região em que 70% da área de fruteiras e mais de 80% da margem bruta obtida pertence a explorações especializadas. O Alentejo e Trás-os-Montes são as regiões que apresentam níveis de especialização mais baixos (isto é, a actividade fruticultura é predominantemente praticada em explorações que têm outras actividades como actividade principal).

A distribuição da margem bruta da actividade fruticultura pelas explorações de diferentes grupos de dimensão económica é representada no quadro seguinte.

Quadro 31 – Repartição da Margem Bruta da Fruticultura, segundo a Dimensão Económica das Explorações Agrícolas em que existem, por Região

Região	Dimensão Económica das Empresas				
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
E. D. Minho	0,5	1,8	1,7	1,7	5,7
T. Montes	1,3	4,1	2,8	1,7	9,8
B. Litoral	0,7	1,6	0,8	0,5	3,6
B. Interior	0,7	2,0	1,3	1,1	5,1
Rib. e Oeste	2,3	10,8	11,4	19,6	44,1
Alentejo	0,4	1,0	0,5	2,0	3,9
Algarve	2,2	8,5	6,2	10,9	27,7
Total	8,1	29,7	24,8	37,4	100,0

Fonte: INE- RGA 99

Região	Dimensão Económica das Empresas				
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
E. D. Minho	0,2	0,5	0,3	0,1	1,0
T. Montes	15,4	38,9	11,7	5,6	71,6
B. Litoral	0,7	0,7	0,2	0,0	1,6
B. Interior	1,1	1,7	0,5	0,2	3,5
Rib. e Oeste	0,2	0,9	0,8	1,7	3,6
Alentejo	0,2	0,6	0,4	1,1	2,2
Algarve	3,6	7,9	2,4	2,5	16,4
Total	21,4	51,2	16,3	11,2	100,0

Fonte: INE- RGA 99

Nota: Muito Pequena: ≥ 4 UDE, Pequena: >4 e ≤ 16 UDE, Média: >16 e ≤ 40 UDE, Grande: >40 UDE

Relativamente aos **frutos frescos e citrinos**, constata-se que o peso das muito pequenas explorações é muito baixo (8,1%), sendo as grandes explorações o grupo mais representado (37,4%), com um contributo semelhante ao da totalidade das pequenas e médias explorações (37,9%). Às médias e grandes empresas correspondia 62,2% da margem bruta e ao conjunto das pequenas e médias 54,5%.

Na região do Ribatejo e Oeste era obtida 44,1% da margem bruta da fruticultura, seguido do Algarve, com 27,7%.

Nestas duas regiões, que representam mais de 70% da margem bruta total, as grandes explorações são decisivas para o resultado obtido, o que está associado ao facto de disporem de explorações bem dimensionadas nas suas actividades dominantes (frutos frescos no Ribatejo e Oeste e citrinos no Algarve).

No que se refere aos **frutos secos**, a situação é bastante diferente. O grupo das pequenas explorações (51,2%) é o mais importante, seguido das muito pequenas explorações (21,4%), que no conjunto representam mais de 70% da margem bruta da actividade. Estes resultados reflectem também o facto de esta actividade gerar margens brutas por hectare bastante mais reduzidas do que a actividade relativa aos frutos frescos.

A importância da actividade **horticultura** é particularmente elevada no Ribatejo e Oeste, com 23,5% da margem bruta total da região, e, em menor grau, no Algarve, com 17,3%, e no Alentejo, com 9,4%, como o quadro e mapa seguinte permitem visualizar.

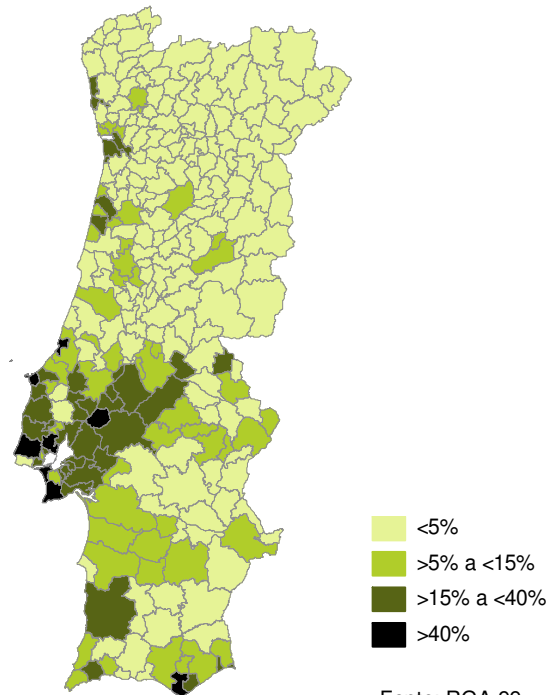
Quadro 32 - Peso da Margem Bruta das explorações com hortícolas, no total da Margem Bruta das Explorações, por região

Região Agrária	Margem Bruta do Total das Explorações (EUR)	Margem Bruta das Explorações com Horticultura (EUR)	Peso (%)
Entre Douro e Minho	355 969 177	15 250 207	4,3
Trás-os-Montes	341 221 401	4 607 297	1,4
Beira Litoral	313 943 605	14 521 155	4,6
Beira Interior	126 625 730	1 705 953	1,3
Ribatejo e Oeste	644 225 695	151 360 888	23,5
Alentejo	375 569 711	35 271 661	9,4
Algarve	118 188 034	20 500 798	17,3
Continente	2 275 743 352	243 217 960	10,7

Fonte: RGA 99

Nota - A Margem Bruta não contempla Ajudas

Mapa 2 - Peso da MBS da Horticultura no total da MBS das explorações agrícolas



Neste sector as explorações especializadas apenas ocupam 32,4% da superfície de hortícolas, valor que varia regionalmente entre cerca de 16% no Alentejo e Trás-os-Montes e cerca de 56% em Entre Douro e Minho (Quadro 33 e Quadro 34).

A margem bruta gerada por estas mesmas explorações representa 43,3% do total da margem bruta da actividade, variando entre 22% no Alentejo e 73% no Algarve.

Estes valores indicam uma maior produtividade das explorações especializadas, que está também associada ao facto de estas explorações concentrarem as actividades mais intensivas e produtivas, nomeadamente as estufas.

Quadro 33 - Repartição da Área de hortícolas pelas explorações especializadas em horticultura e não especializadas, por região

Região Agrária	Explorações Especializadas em Horticultura (%)	Outras Explorações (%)
Entre Douro e Minho	55,9	44,1
Trás-os-Montes	15,8	84,2
Beira Litoral	43,3	56,7
Beira Interior	32,8	67,2
Ribatejo e Oeste	33,9	66,1
Alentejo	16,4	83,6
Algarve	42,5	57,5
Continente	32,4	67,6

Fonte: RGA 99

Quadro 34 - Peso da Margem Bruta de hortícolas pelas explorações especializadas em horticultura e não especializadas, por região

Região Agrária	Explorações Especializadas em Horticultura (%)	Outras Explorações (%)
Entre Douro e Minho	58,4	41,6
Trás-os-Montes	29,8	70,2
Beira Litoral	40,8	59,2
Beira Interior	42,7	57,3
Ribatejo e Oeste	43,4	56,6
Alentejo	21,9	78,1
Algarve	73,4	26,6
Continente	43,3	56,7

Fonte: RGA 99

Nota - A Margem Bruta não contempla Ajudas

Relativamente à distribuição da margem bruta por classe de dimensão económica das explorações, constata-se que as grandes explorações são dominantes (cerca de 64%) na horticultura extensiva, destacando-se o Ribatejo e Oeste que concentra mais de 80% da margem bruta total desta actividade.

No que se refere à horticultura intensiva, apesar de as grandes explorações serem o grupo mais representativo, as pequenas e médias explorações geram mais de metade da margem bruta total, com particular destaque para o Entre Douro e Minho em que estas explorações representam mais de 80% da margem bruta regional. As muito pequenas explorações têm uma importância muito reduzida em todas as regiões.

Quadro 35 - Repartição da Margem Bruta da Horticultura, segundo a Dimensão Económica das Explorações Agrícolas em que existem, por Região

Região	Dimensão Económica das Empresas				
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
E. D. Minho	0,2	0,4	0,1	0,1	0,8
T. Montes	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2
B. Litoral	0,2	0,2	0,1	0,1	0,6
B. Interior	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Rib. e Oeste	1,2	9,5	15,8	56,0	82,4
Alentejo	0,3	2,6	3,9	7,8	14,5
Algarve	0,3	0,6	0,2	0,1	1,2
Total	2,2	13,5	20,2	64,1	100,0

Fonte: INE- RGA 99

Região	Dimensão Económica das Empresas				
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
E. D. Minho	1,3	5,8	2,4	0,6	10,2
T. Montes	0,2	0,5	0,2	0,2	0,9
B. Litoral	1,3	2,6	1,3	1,2	6,5
B. Interior	0,2	0,4	0,1	0,1	0,7
Rib. e Oeste	2,1	13,9	19,2	25,3	60,5
Alentejo	1,0	3,0	1,3	4,3	9,5
Algarve	0,4	2,1	2,8	6,2	11,6
Total	6,5	28,2	27,3	38,0	100,0

Fonte: INE- RGA 99

Na floricultura (Quadro 36), 72% da margem bruta desta actividade era obtida em grandes explorações, contribuindo o Ribatejo e Oeste, Entre Douro e Minho e Beira Litoral, respectivamente, com 48,6%, 18,6% e 13,2% da mesma.

Quadro 36 – Repartição da Margem Bruta da Floricultura, segundo a Dimensão Económica das Explorações Agrícolas em que Existem, por Região

Região	Dimensão Económica das Empresas				Total
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	
E. D. Minho	0,3	4,2	7,7	6,4	18,6
T. Montes	0,0	2,7	2,5	1,3	6,5
B. Litoral	0,2	1,7	3,2	8,1	13,2
B. Interior	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Rib. e Oeste	0,1	0,8	3,1	44,7	48,6
Alentejo	0,0	0,2	0,6	4,8	5,6
Algarve	0,0	0,2	0,5	6,6	7,4
Total	0,7	9,8	17,7	71,9	100,0

Fonte: INE- RGA 99

1.2.3.2. Composição do rendimento das explorações especializadas

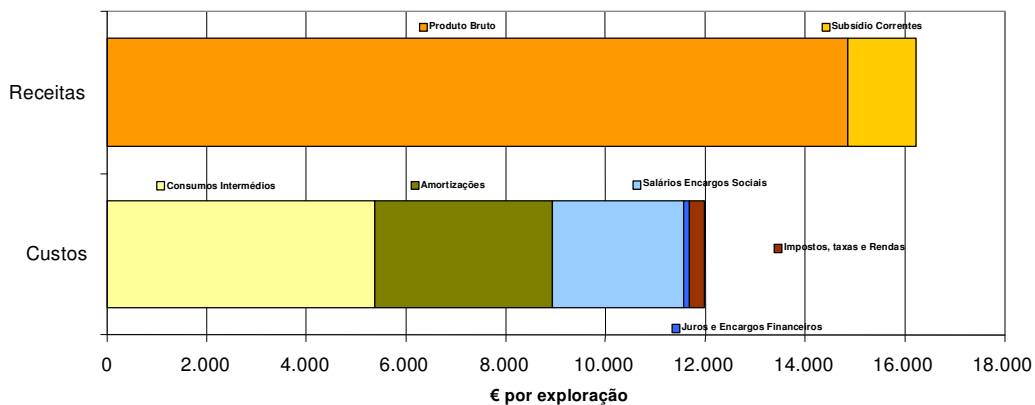
Nas explorações especializadas³ na produção de frutos frescos (2001 a 2004), constata-se que os subsídios apenas representam 8.4% das receitas, sendo estas essencialmente provenientes do produto bruto que cobre a totalidade dos custos.

Analisando a estrutura dos custos, verifica-se a contribuição maioritária dos consumos intermédios, seguido das amortizações que representam 49% dos custos.

Nos consumos intermédios o conjunto dos fitofármacos, fertilizantes e correctivos representam 38%, a água e energia 18% e a reparação e aluguer de máquinas 13%.

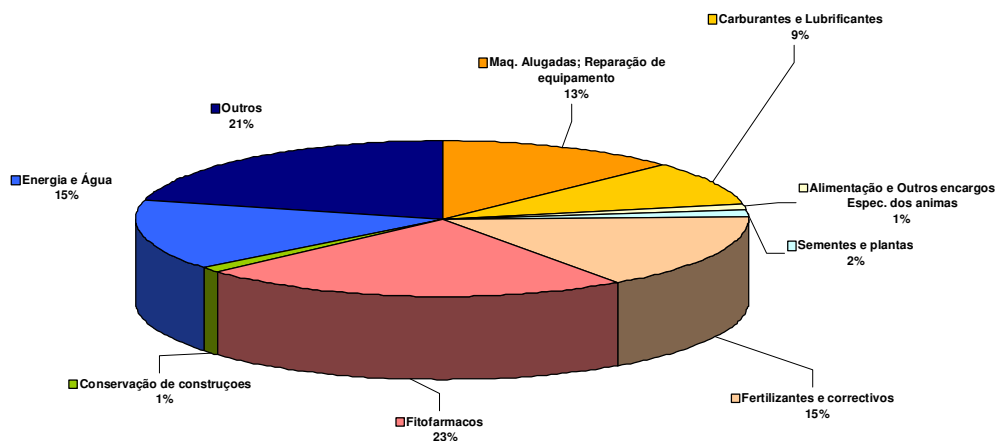
³ As explorações agrícolas com especialização em fruticultura, horticultura e floricultura poderão ter outras actividades para além destas, no entanto a margem bruta resultante delas tem que representar pelo menos dois terços da margem bruta total dessas explorações. É a possível existência de outras actividades que justifica o aparecimento de custos de produção não relacionados com as culturas em causa (por exemplo, alimentos para animais).

Gráfico 1– Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de frutos frescos (inc. citrinos) e estrutura dos consumos intermédios



Estrutura dos Consumos Intermédios

Explorações especializadas em Frutos frescos (inc citrinos)



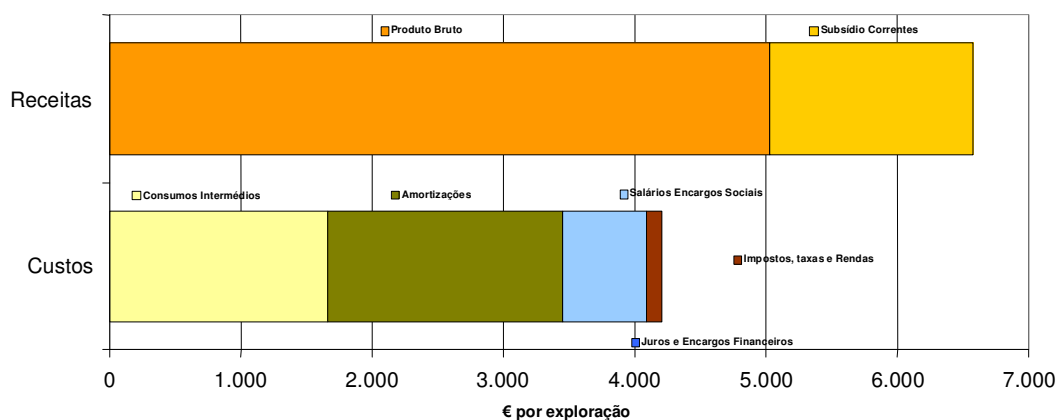
Fonte: RICA (média 2001-2004)

Nas explorações especializadas na produção de frutos secos, os subsídios representam 23.5% das receitas, sendo o restante proveniente do Produto Bruto que cobre a totalidade dos custos.

Analisando a estrutura dos custos, verifica-se que a contribuição maioritária é a dos consumos intermédios, seguida das amortizações, que representam 42% dos custos.

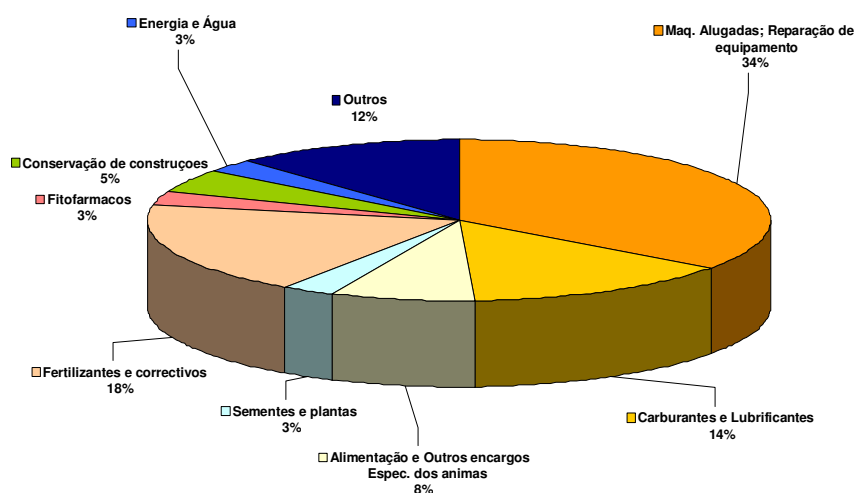
Nos consumos intermédios, o aluguer de máquinas representa 34%, fertilizantes e correctivos 18%, os carburantes e lubrificantes 14%.

Gráfico 2– Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de frutos secos e estrutura dos consumos intermédios



Estrutura dos Consumos Intermédios

Explorações Especializadas em Frutos Secos



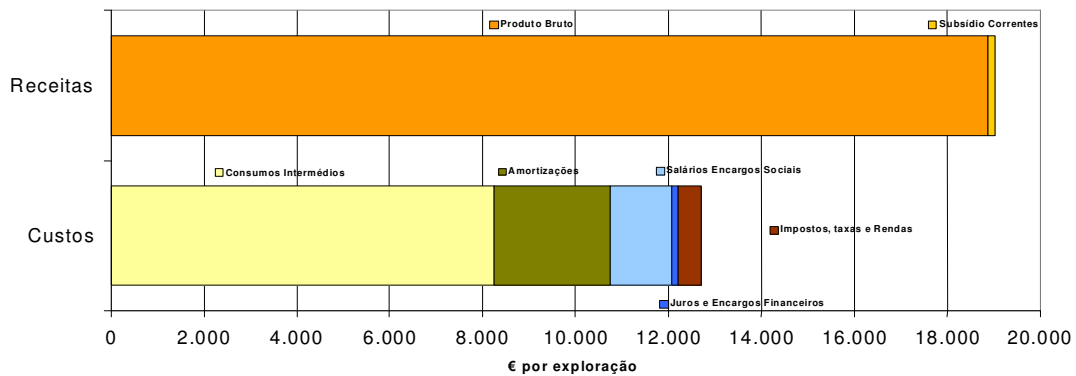
Fonte: RICA (média 2001-2004)

Nas explorações especializadas em horticultura intensiva (explorações acompanhadas pela RICA entre 2001 e 2004), constata-se que os subsídios apenas representam 0.8% das receitas, sendo estas essencialmente provenientes do Produto Bruto que cobre a totalidade dos custos, revelando a completa orientação deste sector para o mercado.

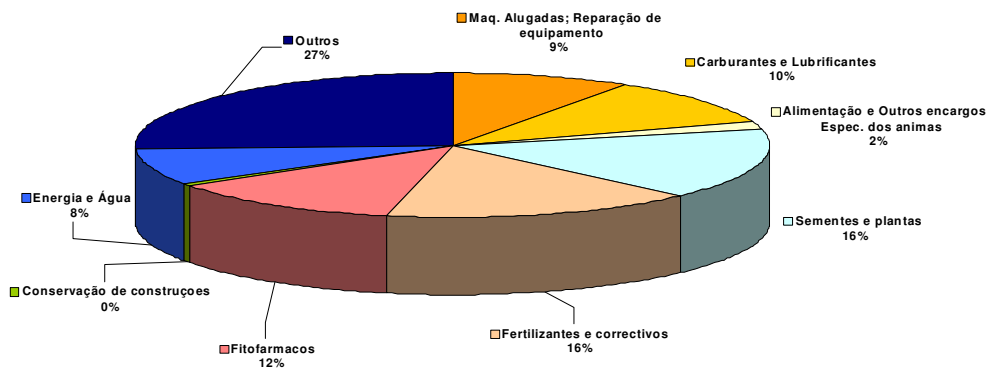
Analisando a estrutura dos custos, verifica-se a contribuição maioritária dos consumos intermédios, seguidos das amortizações que representam apenas 19% dos custos.

Nos consumos intermédios o conjunto dos fitofármacos, fertilizantes e correctivos representam 30%, sementes e plantas 18% e outros 27% (seguros, material para embalagem e outro material, despesas de armazenagem, ...).

Gráfico 3- Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de horticultura intensiva e estrutura dos consumos intermédios



Estrutura dos Consumos Intermédios Explorações Especializadas em horticultura intensiva



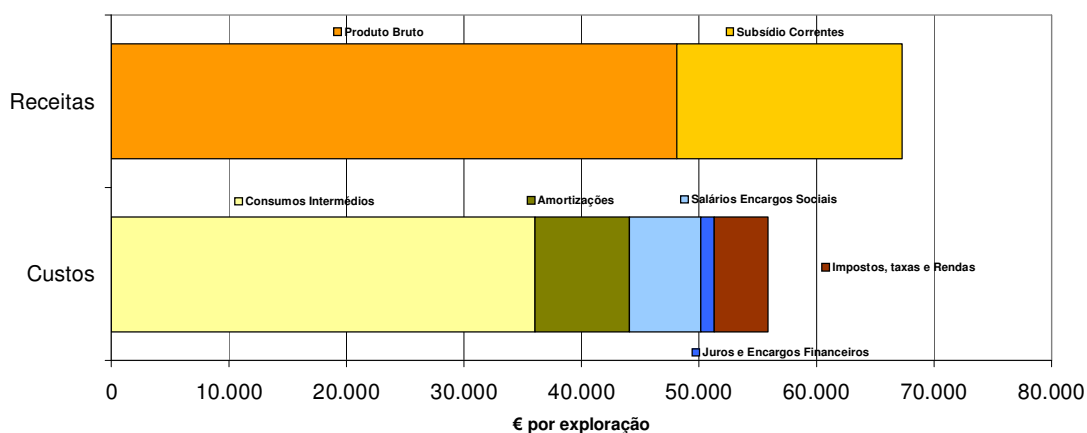
Fonte RICA Média 2001-2004

Nas explorações especializadas em horticultura extensiva, os subsídios representam 28% das receitas, sendo estas essencialmente provenientes do Produto Bruto, que no entanto não cobre a totalidade dos custos (situação do tomate para indústria no período de referência dos dados, entre 2001 e 2004).

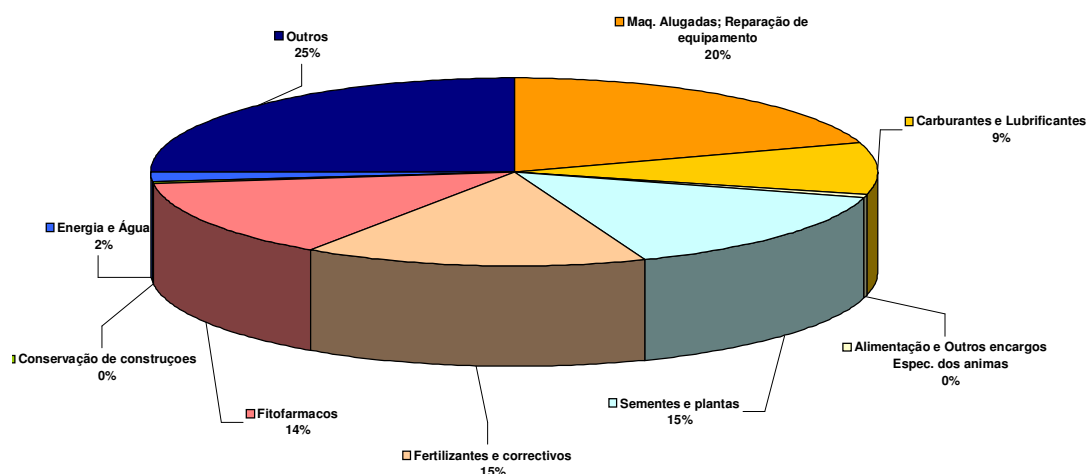
Analisando a estrutura dos custos, verifica-se a contribuição maioritária dos consumos intermédios, seguido das amortizações que representam 14% dos custos.

Nos consumos intermédios o conjunto dos fitofármacos, fertilizantes e correctivos representam 32%, sementes e plantas 16%, aluguer de máquinas e reparações 20% e outros 26% (seguros, material para embalagem, outro material).

Gráfico 4– Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de horticultura extensiva e estrutura dos consumos intermédios



Estrutura dos Consumos Intermédios Especializadas em horticultura extensiva

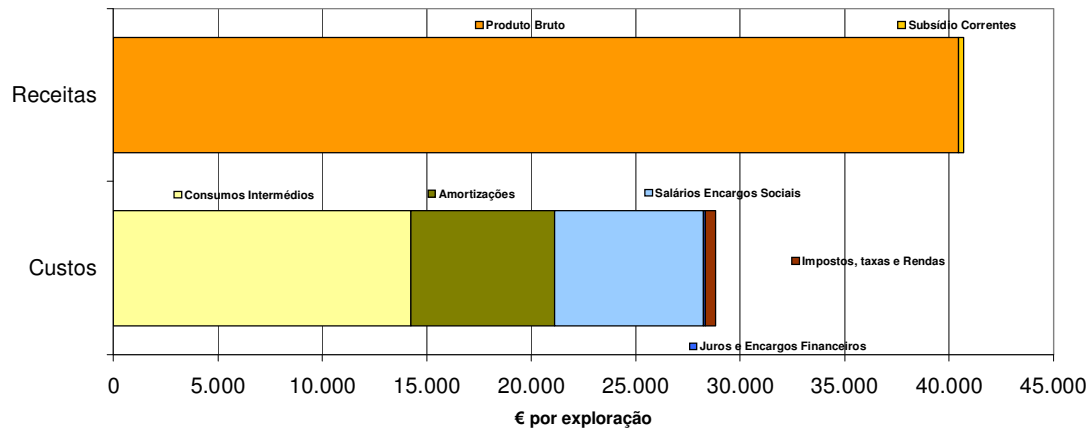


Fonte: RICA (média 2001-2004)

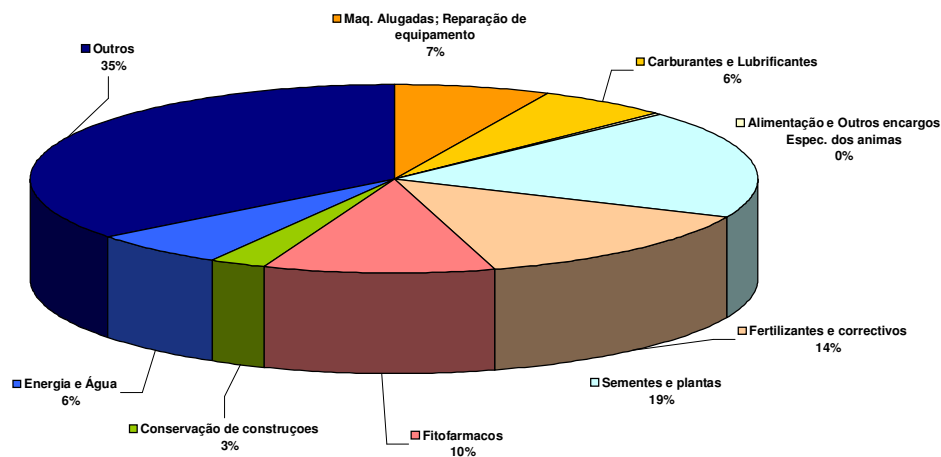
Nas explorações especializadas em horticultura com forçagem (2001 a 2004), os subsídios não têm qualquer expressão, sendo as receitas provenientes quase exclusivamente do Produto Bruto que cobre a totalidade dos custos, traduzindo a completa orientação deste sector produtivo para o mercado.

Analisando a estrutura dos custos, verifica-se a contribuição maioritária dos consumos intermédios, seguido dos salários e encargos sociais. Nos consumos intermédios o conjunto dos fitofármacos, fertilizantes e correctivos representam 24%, sementes e plantas 19% e outros 35% (seguros, material para embalagem, outro material).

Gráfico 5 - Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de horticultura intensiva em estufas e abrigos altos e estrutura dos consumos intermédios



Estrutura dos Consumos Intermédios Especializadas em horticultura forçagem

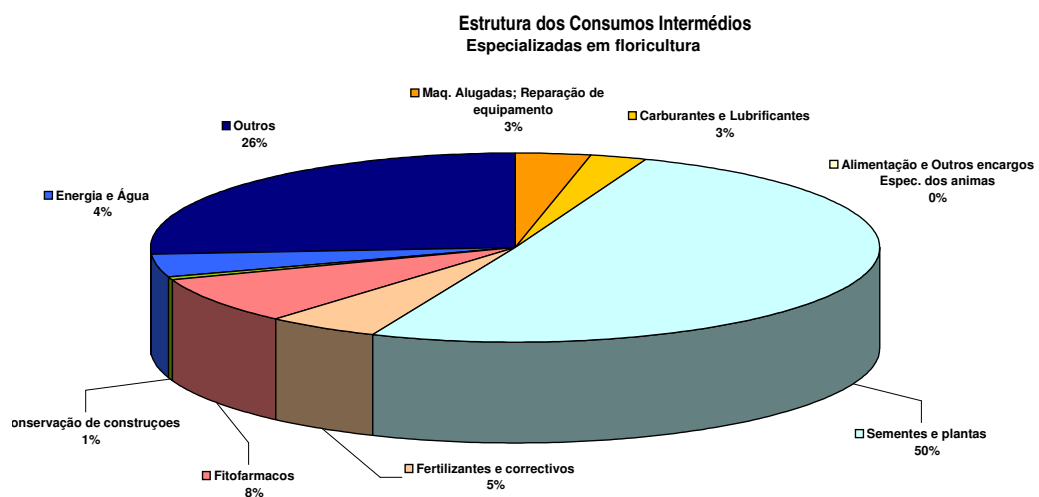
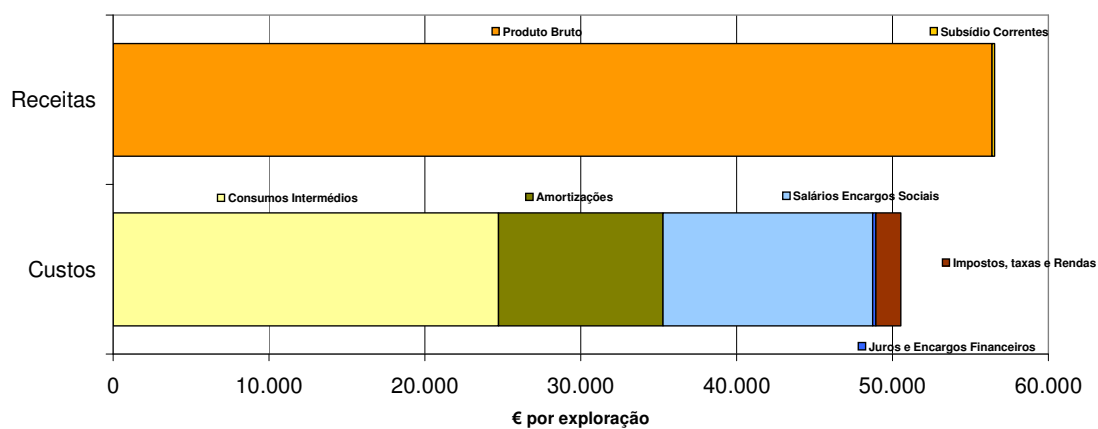


Fonte: RICA (média 2001-2004)

Nas explorações especializadas em floricultura (2001 a 2004), as receitas são provenientes quase exclusivamente do Produto Bruto, que cobre a totalidade dos custos traduzindo a completa orientação deste sector produtivo para o mercado.

Analisando a estrutura dos custos, verifica-se a contribuição dominante dos consumos intermédios, seguido dos salários e encargos sociais. Nos consumos intermédios as sementes e plantas representam 50% e outros 26% (seguros, material para embalagem, outro material).

Gráfico 6 - Receitas e custos de produção das explorações especializadas na produção de floricultura e estrutura dos consumos intermédios



Fonte: RICA (média 2001-2004)

1.3. Transformação e Comercialização de Frutos e Hortícolas

1.3.1. A Indústria de Conservação de Frutos e Hortícolas

Indicadores da Actividade ⁴

O peso da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas no volume total de negócios da indústria de alimentação e bebidas em 2004 era de cerca de 5%, tendo recuperado nos anos de 2003 e de 2004 para os valores registados em 2000, após uma quebra da importância relativa verificada nos anos de 2001 e de 2002.

Em 2003, o pessoal afecto à actividade representava 4% do total de pessoal da indústria de alimentação e bebidas, acompanhando a tendência de redução do emprego que se tem verificado no conjunto destas indústrias.

Como se pode verificar pelo Quadro 37, o sector da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, que em 2004 abrangia 112 unidades em laboração, é muito fragmentado. Com efeito, coexistiam um número reduzido de grandes empresas com elevado peso a nível do emprego e do volume de negócios, a par de um número muito elevado de pequenas e muito pequenas empresas, com reduzido peso no emprego e sobretudo no volume de negócios.

Quadro 37 - Caracterização das empresas da Indústria de Conservação de Frutos e Hortícolas, segundo as classes de trabalhadores em 2003

	Número de Trabalhadores		
	< 9	10 - 19	>= 20
Nº Empresas	60	17	23
Pessoal ao Serviço	8	9	83
Volume de Negócios	3	7	90
VAB per Capita	3	4	93

Fonte: Inquérito Anual à Produção Agro-Industrial e Inquérito às Empresas (2003)

O VAB *per capita* das pequenas empresas até 9 trabalhadores tinha em 2003 o valor de 9 706 euros, o das empresas com 10 a 19 trabalhadores de 13 688 euros e o das empresas com 20 ou mais trabalhadores de 33 705 euros.

⁴ Os elementos que se apresentam têm como principal fonte de informação o "Inquérito Anual à Produção Agro-industrial" do INE, designadamente no que se refere ao número de empresas, destino e valor das vendas e matérias-primas utilizadas. Utilizaram-se também outros dados do INE, quer do "Inquérito às Empresas", quer das "Estatísticas do Comércio Internacional", bem como outros elementos de informação disponíveis nos serviços do MADRP.

A evolução do número de unidades, do valor das vendas e principais destinos em cada um dos sete subsectores da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, que se apresenta no Quadro 38 e que se reporta aos anos de 1995, 2000 e 2004 permite destacar o seguinte:

- Oscilação acentuada no número total de empresas, que entre 1995 e 2000 passaram de 92 para 132 e que se reduziram a 112 em 2004. Esta redução foi sobretudo significativa no subsector de descasque e transformação de frutos de casca rija;

O subsector da preparação e conservação de frutos e produtos hortícolas por processos não especificados, onde se inclui a indústria de tomate, é o que mais contribui para a transformação industrial, com um peso nas vendas que variou entre 47% (1995) e 38% (2004);

As maiores taxas de crescimento médio, no período 1995/2004, do valor das vendas, ocorreram nos subsectores de descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis (25%), na congelação de frutos e produtos hortícolas (20%) e na fabricação de sumos de frutos e produtos hortícolas (20%);

Estes três subsectores, juntamente com a indústria de tomate já com longa tradição, são justamente os que mais se internacionalizaram.

É um sector onde predominam as micro empresas (58,5%), isto é, que têm menos de 10 empregados e possuem um volume de negócios inferior a dois milhões de euros. É de destacar o facto de 45% do volume de negócios ser gerado por grandes empresas, que representam apenas 2% do número total de empresas.

Quadro 38 - Empresas, Volume de Negócios e Emprego da Indústria de Conservação de Frutos e de Produtos Hortícolas, por dimensão económica⁵ (2003, em %)

	Grandes	Médias	Pequenas	Micro	Valor absoluto
Volume de negócios (EUR)	45,0	34,4	16,0	4,6	523 480 195
Volume de Emprego (nº)	35,3	37,3	19,5	7,9	3 900
Nº de Empresas (nº)	2,0	10,2	29,3	58,5	147

Fonte: INE

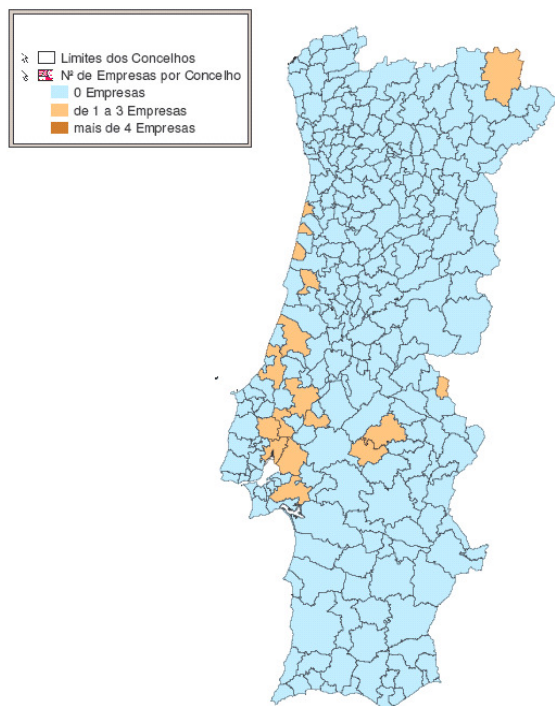
⁵ Micro empresa (<10 trabalhadores e volume de negócios <=2 milhões de euros)

Pequena empresa (<50 trabalhadores e volume de negócios <=10 milhões de euros)

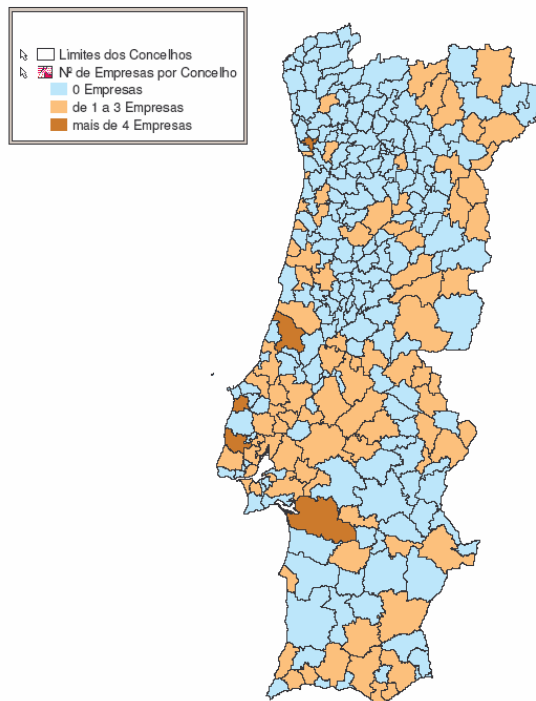
Média empresa (<250 trabalhadores e volume de negócios <=50 milhões de euros)

Grande empresa (>=250 trabalhadores e volume de negócios de >50 milhões de euros)

Mapa 3 - Indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas - nº de empresas de transformação (Médias e Grandes empresas)



Mapa 4 - Indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas - nº de empresas de transformação (Total de empresas)



Quadro 39 - Evolução do número de unidades e valor das vendas da indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas, por destinos e por subsectores

CAE		1995			2000			2004			Cresc. Médio Valor Vendas 95-04 (%)
		nº de Unid.	Valor Vendas		nº de Unid.	Valor Vendas		nº de Unid.	Valor Vendas		
			10 ³ EUR	%		10 ³ EUR	%		10 ³ EUR	%	
15310	Preparação e Conservação de Batatas	10	53 391	-	15	79 288	-	13	58 579	-	1,9
	Mercado Nacional		53 391	100,0		62 092	78,3		51 629	88,1	-0,7
	UE		-	-		16 619	21,0		2 951	5,0	6,8
	Países Terceiros		-	-		577	0,7		3 999	6,8	-
15320	Fabricação de Sumos de Frutos e de Produtos Hortícolas	5	46 532	-	10	103 926	-	10	115 530	-	19,9
	Mercado Nacional		46 012	98,9		94 605	91,0		94 185	81,5	15,4
	UE		286	0,6		9 234	8,9		21 345	18,5	136,9
	Países Terceiros		234	0,5		87	0,1		-	-	-
15331	Congelação de Frutos e de Produtos Hortícolas	7	15 356	-	11	28 148	-	11	37 445	-	19,5
	Mercado Nacional		9 437	61,5		16 780	59,6		18 762	50,1	14,7
	UE		5 867	38,2		10 633	37,8		17 989	48,0	25,1
	Países Terceiros		52	0,3		735	2,6		694	1,9	67,9
15332	Secagem e Desidratação de Frutos e de Produtos Hortícolas	1	-	-	4	10 359	-	2	-	-	-
	Mercado Nacional		-	-		234	2,3		-	-	-
	UE		-	-		8 883	85,7		-	-	-
	Países Terceiros		-	-		1 242	12,0		-	-	-
15333	Fabricação de Doces, Compotas, Geleias e Marmelada	24	11 862	-	22	6 378	-	18	7 498	-	-8,8
	Mercado Nacional		11 359	95,8		6 287	98,6		7 337	97,9	-8,4
	UE		342	2,9		42	0,7		88	1,2	-23,8
	Países Terceiros		161	1,4		48	0,8		73	1,0	-14,7
15334	Descasque e Transformação de Frutos de Casca Rija Comestíveis	20	13 274	-	34	33 830	-	25	40 638	-	25,1
	Mercado Nacional		6 424	48,4		18 433	54,5		21 779	53,6	27,7
	UE		4 381	33,0		12 109	35,8		14 587	35,9	27,2
	Países Terceiros		2 469	18,6		3 288	9,7		4 272	10,5	11,6
15335	Preparação e Conserv. Frutos e Produtos Hortic. por processos n.e.	25	123 513	-	36	156 919	-	33	160 743	-	5,4
	Mercado Nacional		35 262	28,5		66 006	42,1		77 763	48,4	17,1
	UE		68 054	55,1		73 990	47,2		64 688	40,2	-1,0
	Países Terceiros		20 197	16,4		16 923	10,8		18 292	11,4	-2,0
	Total da Indústria de Conservação de Frutos e Produtos Hortícolas	92	263 929	-	132	418 849	-	112	420 432	-	9,8
	Mercado Nacional		161 885	61,3		264 438	63,1		271 455	64,6	10,9
	UE		78 931	29,9		131 510	31,4		121 647	28,9	9,0
	Países Terceiros		23 112	8,8		22 902	5,5		27 329	6,5	3,4

Fonte: INE - Estatísticas Agro-Industriais

Evolução e destino das vendas

Para o período de 1995 a 2004, o crescimento médio anual das vendas a preços correntes evoluiu a uma taxa de 5,9% no mercado nacional, de 4,9% na UE e de 1,9% para países terceiros. Para o mesmo período, a evolução do valor das vendas por destinos, a valores deflacionados pelo índice de preços implícitos no PIB (IPIPIB), é de 2,5% para o mercado nacional, de 1,6% para a UE, e revela um decréscimo médio de -1,4% para países terceiros.

Gráfico 7 - Evolução do valor das vendas da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, por destinos

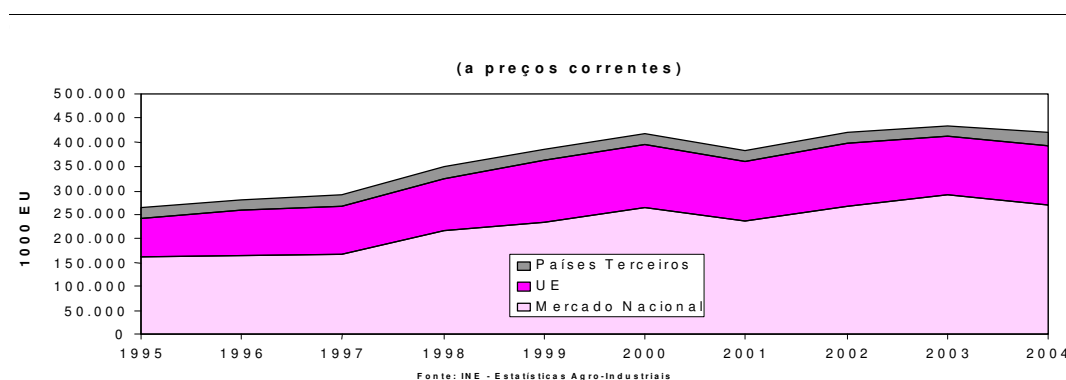
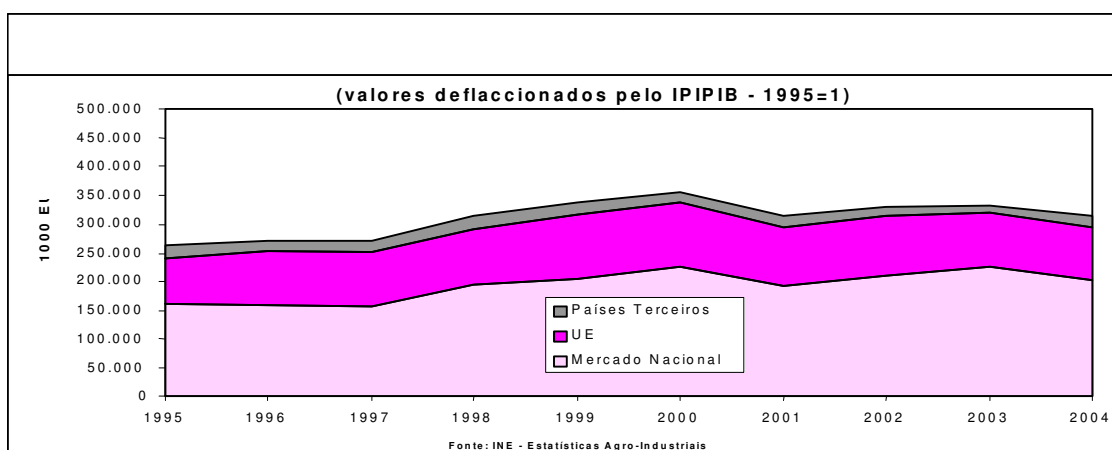


Gráfico 8 - Evolução do valor das vendas da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, por destinos



Comércio internacional

O saldo da balança comercial dos produtos da indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas é ligeiramente deficitário, tendo-se registado em 2005 entradas de produtos no valor de 187,3 milhões de euros e saídas com o valor de 183 milhões de euros (Quadro 40)⁶.

A preparação de frutas e produtos hortícolas por processos não especificados, onde se incluem as conservas em recipientes hermeticamente fechados, é o que regista entradas com valor absoluto mais elevado, seguido pelos sumos, a preparação e conservação de batatas e os hortícolas congelados.

Quadro 40 - Comércio Internacional da indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas, em valor

Unidade: EUR

CAE		2004	2005
15310	Preparação e Conservação de Batatas		
	Entradas	35 651 553	32 523 322
	Saídas	13 786 485	13 805 819
15320	Fabricação de Sumos de Frutos e de Produtos Hortícolas		
	Entradas	43 208 089	35 632 943
	Saídas	15 744 692	12 991 393
15331	Congelação de Frutos e de Produtos Hortícolas		
	Entradas	25 897 254	24 773 715
	Saídas	28 568 686	27 227 567
15332	Secagem e Desidratação de Frutos e de Produtos Hortícolas		
	Entradas	5 224 835	7 951 352
	Saídas	13 112 528	10 589 694
15333	Fabricação de Doces, Compotas, Geleias e Marmelada		
	Entradas	6 384 625	6 834 847
	Saídas	861 569	494 773
15334	Descasque e Transformação de Frutos de Casca Rija Comestíveis		
	Entradas	3 801 223	3 850 001
	Saídas	1 363 556	1 505 745
15335	Preparação e Conserv. Frutos e Produtos Hortic. por processos n.e.		
	Entradas	73 717 293	75 765 723
	Saídas	113 848 626	116 353 892
	Total da Indústria de Conservação de Frutos e Produtos Hortícolas		
	Entradas	193 884 872	187 331 903
	Saídas	187 286 142	182 968 883

Fonte: INE - Estatísticas do Comércio Internacional

⁶ De salientar a existência de algumas discrepâncias entre a informação estatística do comércio internacional e a proveniente de outras fontes estatísticas, como Inquérito às Empresas, também utilizado neste trabalho, usados no entanto, por disponibilizarem informação complementar.

Análise dos subsectores da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas

Preparação e Conservação de Frutos e Produtos Hortícolas por processos não especificados

É o subsector com maior peso e mais organizado, cujo relevo se deve à inclusão do tomate para a indústria, representando as preparações e conservas de tomate mais de 75% do volume total da produção e mais de 65% do valor das vendas deste subgrupo.

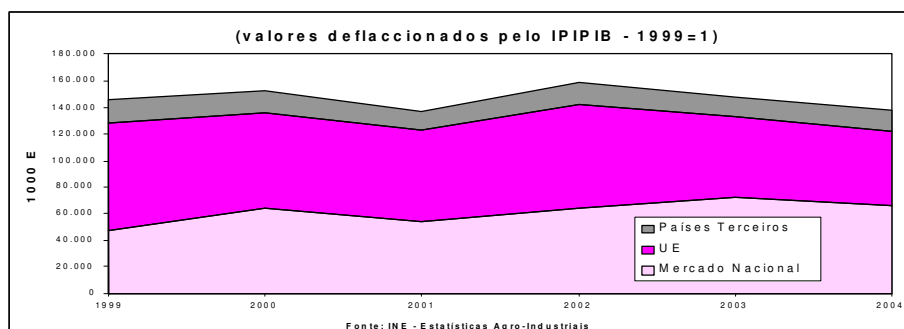
O aprovisionamento da indústria do tomate é todo assegurado por organizações de produtores (OP), constituindo assim um caso único a nível da organização da produção agrícola de base, que é abordado em ponto próprio. Na campanha de 2004/05, a capacidade instalada na indústria de produtos transformados à base de tomate era de 1,5 milhões de toneladas, distribuída por 11 empresas, 9 das quais localizadas no Ribatejo e Oeste, com 85,5% da capacidade total e as duas restantes no Alentejo. De realçar que a quota/limiar em vigor para Portugal, no âmbito da OCM, é de cerca de 1 milhão de toneladas.

O concentrado de tomate é uma *commodity*, cuja cotação internacional evoluiu muito negativamente, estando actualmente sujeito a grande pressão por via dos stocks acumulados, resultantes da ultrapassagem das quotas atribuídas no âmbito da OCM. A produção de países terceiros, como é o caso da China, também tem provocado perturbações no mercado. Tratando-se de um produto em que Portugal detém uma imagem muito favorável nos mercados internacionais, não deixa de ser, contudo, problemático em matéria de competitividade. A reforma da OCM, actualmente em fase de discussão, constitui um factor de grande importância para o futuro deste mercado.

A indústria do tomate está confrontada com a necessidade de introduzir melhorias tecnológicas que permitam uma redução dos custos, designadamente no domínio do consumo de energia, bem como a diversificação da gama de produtos, envolvendo segunda transformação.

A produção de conservas em recipientes hermeticamente fechados, tanto de hortícolas como de frutos, tem vindo a perder o peso relativo que detinha neste subsector. O pimento, a couve-flor, a cenoura e o pepino, embora a grande distância, incluindo também a azeitona, são por esta ordem os principais produtos hortícolas utilizados como matérias-primas, destinando-se sobretudo ao fabrico de pickles.

Gráfico 9 - Evolução do valor das vendas da indústria de preparação e conservação de frutos e hortícolas por processos não especificados, por destinos



Preparação e Conservação de Batatas

Esta indústria abrange as empresas que procedem à preparação e conservação de batata por qualquer processo, compreendendo designadamente a fritura e a congelação.

O volume de vendas que atingiu um pico no ano de 2000, com um valor de 79.3 milhões de euros, tem vindo continuamente a decrescer, registando em 2004 o valor de 58.6 milhões de euros. Este decréscimo deve-se, em grande parte, ao maior aprovisionamento externo de batata transformada a preços muito competitivos.

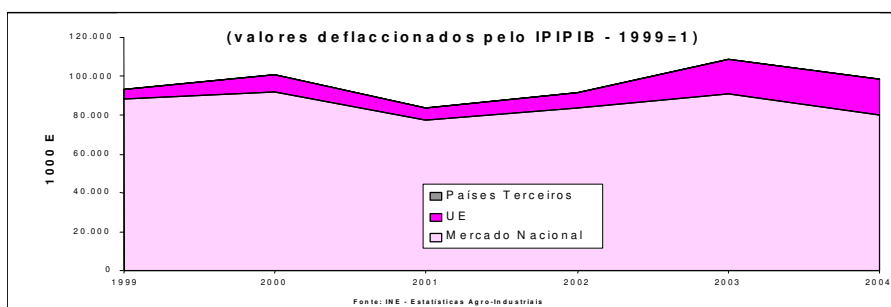
As vendas no mercado interno situam-se actualmente próximo dos 90%, tendo-se verificado um decréscimo significativo das destinadas à UE, que passaram de um máximo de 21% em 2000, para 5% em 2004. Com pouco mais de uma dúzia de unidades, duas das quais de grande dimensão, a batata frita é de longe o principal produto produzido. A quantidade de batata fresca, consumida como matéria-prima, atingiu um máximo em 2001, próximo das 70 mil toneladas.

Fabricação de Sumos de Frutos e Produtos Hortícolas

Esta actividade engloba as empresas que produzem sobretudo sumos de frutos, néctares, polpas e polmes, não se incluindo aqui a fabricação de refrigerantes. O número de unidades que laboraram em 2004 foi de 10, com um valor de vendas de 115,5 milhões de euros.

Relativamente às matérias-primas, uma parte muito significativa é constituída por concentrados e polpas adquiridos no mercado mundial. O consumo de frutos frescos como matéria-prima é irregular, tendo atingido um máximo de cerca de 67 300 toneladas no ano 2000, não existindo para o conjunto das frutos frescos dados disponíveis a partir de 2002.

Gráfico 10 - Evolução do valor das vendas da indústria de fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas, por destinos



É importante registar, no aprovisionamento de frutos frescos de origem nacional, os citrinos e a maçã e pêra de pequenos calibres. Para os citrinos existe uma ajuda à transformação, sujeita a um limiar de 20 mil toneladas, que se situa aquém das necessidades da produção nacional e da capacidade de transformação instalada. A pêra e o pêssego também beneficiam de uma ajuda à transformação, cujos limiares de transformação para Portugal estão fixados em 600 e 218 toneladas, respectivamente.

O mercado dos sumos é, em grande parte, detido por marcas globais com notoriedade, estando sujeito a forte concorrência, sobretudo pela dimensão dos mercados de produção externos, que têm economias de escala que não são passíveis de ser obtidas no mercado nacional. As marcas nacionais de néctares e sumos que têm apostado na qualidade conquistaram posições de relevo no mercado nacional, que continua a registar acréscimos nos consumos *per capita*, havendo condições para manter e ampliar essas posições, quer no mercado nacional, quer ainda nos mercados internacionais.

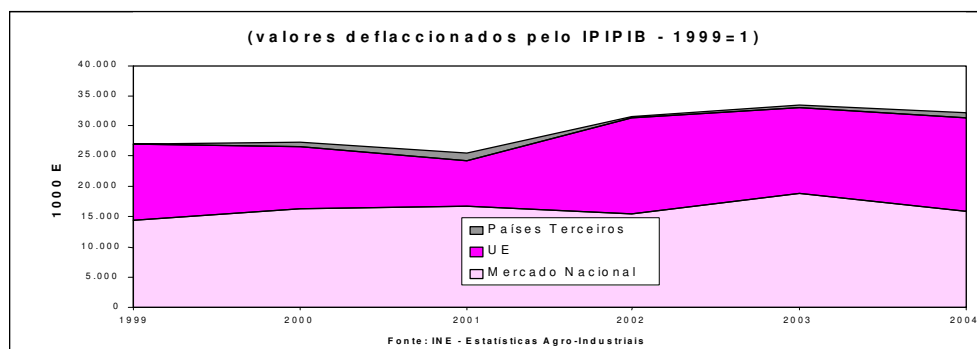
Congelação de Frutos e de Produtos Hortícolas

É a indústria que em termos relativos conquistou maior penetração nos mercados externos nos últimos anos. Com 11 unidades em laboração em 2004, o volume de vendas atingiu 37,5 milhões de euros (Quadro 39).

Destacam-se neste subsector quatro empresas de maior dimensão, das quais apenas uma é de origem nacional, estando as outras três ligadas a grupos estrangeiros.

As hortícolas são as principais matérias-primas laboradas, com destaque para o pimento, o brócolo, a ervilha e a courgette e, mais recentemente, a beringela. A ervilha, que foi a espécie pioneira da indústria de congelação de hortícolas em Portugal, tem vindo a perder peso como matéria-prima.

Gráfico 11 - Evolução do valor das vendas da indústria de congelação de frutos e de produtos hortícolas, por destinos



No período de 1999 a 2003, os montantes máximos consumidos destes produtos foram 22 258 toneladas de pimento fresco e 13 527 toneladas de brócolos frescos em 2002; 9 200 toneladas de ervilha fresca em 1999; 7 382 toneladas de courgettes em 2003; 5 190 toneladas de feijão verde e fava fresca em 1999; 924 toneladas de cebolas, alhos, cenoura e nabo em 2002. Relativamente a outras hortícolas, como seja a beringela, a informação está sujeita a segredo estatístico por ser inferior a três o número de empresas que laboram estes produtos. Estas empresas embalam também, em maior ou menor grau, hortícolas congelados de origem externa.

Nos frutos destacam-se como principais matérias-primas a castanha, o morango, as polpas congeladas e os pequenos frutos. Este subsector apresenta fortes possibilidades de crescimento pela tendência de grande diversificação de produtos.

O aprovisionamento em matérias-primas de origem nacional, com qualidade específica e boa produtividade, e a crescente procura externa de produtos como o pimento, o brócolo, a courgette e a beringela, conduzem a que as linhas de fabrico instaladas e a instalar se orientem para este tipo de produções.

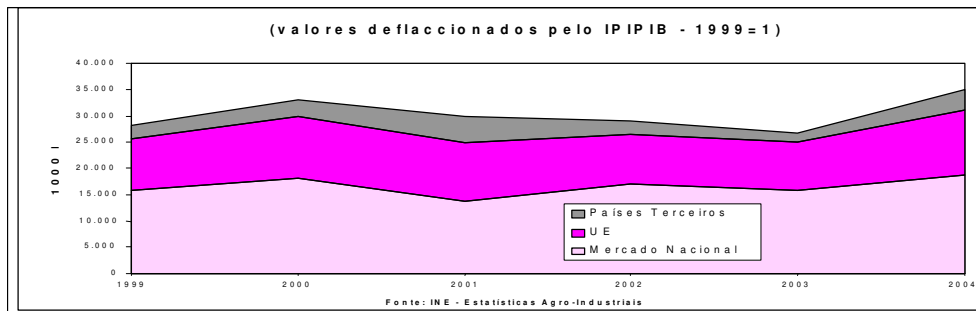
Descasque e transformação de frutos de casca rijas

Abrange sobretudo as empresas de descasque e transformação de alfarroba, pinhão, amêndoa, amendoim, noz e avelã, incluindo a produção de aperitivos destes frutos e a produção de gomas e concentrados de alfarroba.

No que se refere às matérias-primas utilizadas, no período de 1999 a 2003, merecem destaque a alfarroba, com quantidades que têm variado entre as 20 e 30 mil toneladas, o pinhão, com quantidades de 2 a 4 mil toneladas e a amêndoa, com valores médios da ordem das 2 mil toneladas.

São também processadas quantidades residuais de noz e avelã (menos de 100 toneladas). A castanha, um dos principais produtos desta categoria, não é trabalhada por nenhuma empresa deste subsector.

Gráfico 12 - Evolução do valor das vendas da indústria de descasque e transformação de frutos de casca rijas comestíveis, por destinos



Secagem e desidratação de frutos e produtos hortícolas

Esta actividade muito especializada está sobretudo orientada para a desidratação de hortícolas, designadamente o fabrico de tomate em pó e, com muito menor peso, de pimentão. As vendas atingiram 11,3 milhões de euros em 2001 e o seu destino foi sobretudo a UE (86%) e países terceiros (13%). O tomate em pó é produzido apenas por uma unidade com forte vocação exportadora. Quanto ao fabrico de pimentão, que tinha grande tradição de fabrico em pequenas unidades, perdeu muita expressão e a sua produção está restringida a duas unidades que realizaram investimentos recentes.

Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas

Trata-se da actividade com menor expressão, com um número médio de cerca de 20 unidades em laboração, todas de pequena dimensão e um volume de vendas de 7,5 milhões de euros em 2004 (Quadro 39). O marmelo é a principal matéria-prima laborada, com quantitativos nos últimos anos que oscilam entre as 2 500 e 3 400 toneladas. Esta indústria recorre também à utilização de polpas, pastas e purés de frutos e produtos hortícolas. A actividade pode vir a orientar-se para o desenvolvimento de algumas especialidades, a nível de produtos com qualidade certificada.

Investimentos realizados na indústria de transformação de frutos e hortícolas

A seguir ao período de 1986 a 1993, em que se registou a aprovação de 53 projectos com um investimento total de 53,7 milhões de euros e 29,5 milhões de euros de ajudas, importa

referenciar o investimento realizado mais recentemente, quer no âmbito do QCA II (1994-1999), quer a partir de 2000, na vigência do actual QCA III.

Período de 1994-1999: foram aprovados 50 projectos, envolvendo um investimento total de 69,7 milhões de euros e ajudas de 33,24 milhões de euros. Por subsectores os projectos tiveram a seguinte distribuição: na indústria do tomate – 29 projectos, dos quais 19 para concentrado de tomate, 2 para tomate em pó e 8 pequenos projectos de aquisição de equipamento de colheita; sumos de frutos e hortícolas – 6 projectos; congelação de frutos e produtos hortícolas – 4 projectos; preparação e conservação de batata – 3 projectos (batata frita); descasque e transformação de frutos de casca rija – 2 projectos (1 para pinhão e outro para alfarroba); preparação de frutos para conservas e iogurte – 2 projectos; aperitivos de frutos secos, confeitaria e outros produtos (inclui azeitona de mesa e tremoço) – 4 projectos.

A região do Ribatejo e Oeste absorveu 44% do número de projectos e 57% do total do investimento e a região do Alentejo 32% dos projectos e 28,5% do investimento. Nas restantes regiões o peso no investimento total foi muito pouco significativo e, em qualquer dos casos, não ultrapassou os 5%.

À excepção de projectos novos na indústria de sumos, de congelados e de preparação e conservação de batata, a grande maioria dos projectos aprovados destinou-se a modernizações e aumentos de capacidade de unidades já instaladas.

No âmbito do QCA III (entre 2000 e 2005): foram aprovados 43 projectos com um investimento total de 155 milhões de euros e um subsídio de 43 milhões de euros.

Por subsectores, os projectos tiveram a seguinte distribuição: indústria do tomate - 9; congelação de frutos e produtos hortícolas - 8; fabricação de sumos de frutos e produtos hortícolas - 8; doces, compotas e geleias -2; preparação e conservação de batatas (batata frita) – 2; descasque e transformação de frutos de casca rija – 1; outros de preparação e conservação de frutos e hortícolas (massa de pimentão, azeitonas e pickles, conservas em recipientes hermeticamente fechados, confeitaria, fruta para iogurtes, etc.) – 13.

Da totalidade dos projectos, 26 são de modernização/racionalização, 20 dos quais com aumento de capacidade, 8 de criação de novas unidades, 2 de transferência de localização e 7 de outros tipos (protecção ambiental, reestruturação, etc.).

O investimento na região do Ribatejo e Oeste atinge 100 milhões de euros, isto é, 64,4% do investimento total, abrangendo 15 projectos, com predominância para a indústria do tomate com 7 projectos, sumos de frutos com 2 projectos e congelação de frutos e hortícolas, também com 2 projectos.

Na Beira Interior foram aprovados 7 projectos com um peso de 9,5% no investimento total, destacando-se a congelação de frutos e hortícolas com 3 projectos e a fabricação de sumos e concentrados.

Em Trás-os-Montes, com 6% do investimento total, foram aprovados 5 projectos, dos quais 2 para azeitona de mesa, 1 de congelação de frutos, 1 para descasque e transformação de frutos de casca rija e outro para fabricação de doces, compotas e geleias.

No Alentejo foram aprovados 8 projectos com 5,9% do investimento total, destacando-se o fabrico de pimentão, a indústria do tomate e a congelação de hortícolas.

Nas restantes regiões a orientação foi para a indústria de sumos no Algarve, a congelação de frutos e hortícolas na Beira Litoral e os frutos para iogurtes e confeitaria em Entre Douro e Minho.

Do exposto, podem retirar-se algumas considerações finais como conclusão deste capítulo:

Com excepção da indústria do tomate, com forte tradição e qualidade reconhecida internacionalmente, a produção de hortícolas extensivos com destino à indústria continua a ter uma expressão relativamente reduzida, em particular nas regiões em que a estrutura fundiária não constitui uma limitação à sua expansão, o que poderá estar associado aos incentivos negativos da política de preços e mercados da PAC, no sector dos frutos e hortícolas;

Pese embora a existência de boas condições naturais para a produção de frutos e hortícolas, a disponibilidade de água para rega tem constituído um factor limitativo da expansão da actividade de produção de hortícolas extensivos destinados à transformação agro-industrial;

A alteração da PAC e o desenvolvimento de novas áreas regadas criam condições para o desenvolvimento da actividade produtiva e a instalação de novas unidades agro-industriais. O desenvolvimento destas actividades impõe alguma integração na fileira, através do reforço da ligação entre a produção e a actividade agro-industrial;

Apesar de ter havido investimentos consideráveis ao longo dos últimos anos, continua a ser necessário um grande esforço de adaptação da fileira que permita ir ao encontro de um segmento importante de consumidores que procuram alimentos mais elaborados e prontos a consumir, de que são exemplos os frutos e hortícolas conservadas em atmosfera modificada e refrigerada, em embalagens hermeticamente fechadas, os designados produtos da IV e V gamas, bem como atender à procura crescente de hortícolas congelados, produtos para os quais a procura interna está em crescimento.

1.3.2. Estruturas de comercialização de frescos

A concentração da oferta e a preparação para a venda dos frutos e hortícolas frescos, genericamente enquadradas nas actividades de pós-colheita, são realizadas em instalações que asseguram a recepção, limpeza, tratamento, calibragem, pré-refrigeração e/ou armazenagem frigorífica, embalagem e expedição dos produtos.

Estas unidades vulgarmente designadas, de acordo com a gama de produtos, como centrais fruteiras, hortícolas ou hortofrutícolas, têm por regra uma dimensão significativa e concentram

a oferta de um número variável de produtores associados ou de operadores que, com produção própria mais ou menos significativa ou mesmo sem produção própria, se dedicam ao comércio por grosso de frutos e hortícolas de diversas origens. Cumulativamente, existem outras instalações de menor dimensão com equipamentos diversos, propriedade de produtores ou de pequenos grossistas, que também concentram a oferta e realizam, em maior ou menor grau, actividades de pós-colheita, de produção própria e/ou de terceiros.

Uma das características fundamentais diferenciadoras destas centrais é a de disporem ou não de armazenagem frigorífica de longa duração. No primeiro caso, trata-se de centrais fruteiras que armazenam sobretudo maçã, pêra ou kiwi, produtos passíveis de armazenagem prolongada, que exigem investimentos avultados em câmaras frigoríficas, que ocupam parte significativa das instalações. Para os hortícolas e outros frutos o investimento em frio é ajustado à maior rotação dos produtos e, por isso, constituído por capacidades de armazenagem relativamente reduzidas, embora os hortícolas requeiram, em muitos casos, equipamentos de arrefecimento rápido (pré-refrigeração).

No caso de centrais fruteiras ou hortícolas detidas por Organizações de Produtores, os vínculos e compromissos assumidos pelos associados são fortes e duradouros. Nos outros casos, ou são na totalidade ou maioritariamente detidas por produtores ou por outro tipo de operadores, sendo as relações com a produção em geral menos direccionadas, assumindo vínculos diferenciados, desenvolvendo por regra a sua actividade de forma mais flexível, em função das oportunidades do mercado.

A criação das estruturas de acondicionamento e armazenagem de frutos e hortícolas frescos, nos últimos trinta anos, teve um percurso que, de alguma maneira acompanhou, embora com desfasamento, as grandes transformações que se operaram no mercado hortofrutícola.

No período anterior à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), após a acção pioneira do Estado na construção das primeiras centrais fruteiras, assistiu-se à concretização de um número muito significativo de investimentos em câmaras frigoríficas, mercê de iniciativas sobretudo individuais que, por esta via, asseguravam o escoamento escalonado da produção de maçã e pêra no mercado interno, então protegido da concorrência externa.

Até à adesão à CEE, segundo o Inquérito às Instalações Frigoríficas, publicado em 1980, o número de instalações de apoio à produção no sector das frutas e produtos hortícolas era superior a 800 unidades, com uma capacidade de armazenagem de cerca de 120 000 toneladas (60% desta capacidade estava localizada nos distritos de Leiria e Lisboa e 11% no distrito de Viseu). Cerca de 90% das instalações tinham capacidade inferior a 220 toneladas, sendo que 30% destas não ultrapassavam a capacidade de 20 toneladas. A armazenagem em atmosfera controlada era somente de 10 000 toneladas. O nível de ocupação das câmaras frigoríficas atingia um pico próximo dos 90% no mês de Novembro e um vazio de 10% no mês de Julho, sendo a média anual de ocupação de 50%.

No período de 1986 a 2003, através dos programas financiados pelos fundos comunitários, o investimento foi sobretudo direccionado para centrais fruteiras e hortícolas já com alguma dimensão, tendo sido aprovados 87 projectos, com um investimento total de 3,2 milhões de euros. Os projectos individuais, a nível das explorações agrícolas, também foram contemplados, mas a sua expressão foi reduzida.

No período de 1994 a 1999 (QCA II) foram aprovados 50 projectos, igualmente repartidos entre centrais fruteiras e hortícolas, assumindo estas maior expressão do que nos períodos anteriores, em que predominou o investimento direccionado para os frutos. O investimento total foi de 3,4 milhões de euros e o subsídio de cerca de 2 milhões de euros. Da totalidade destes projectos, 18 foram enquadrados como novas unidades e 32 como modernizações, dos quais metade abrangeram ampliação de capacidade ou mesmo novas instalações (Quadro 59).

À região do Ribatejo e Oeste couberam 10 projectos de centrais fruteiras e 18 de centrais hortícolas, o que representou cerca de 60% do investimento total.

A maioria das centrais fruteiras especializou-se só em frutos e, em geral, vocacionou-se para uma espécie predominante, como é o caso da pêra Rocha (9 projectos todos na sub-região do Oeste), dos citrinos (6 projectos todos na região do Algarve), da maçã (8 projectos, dos quais 3 na região da Beira Alta) e da cereja (2 projectos na região de Entre Douro e Minho).

No âmbito do QCA III (no período compreendido entre 2000 a 2005), foram aprovados 70 projectos, com um investimento total de 97,8 milhões de euros e um subsídio de 35,8 milhões de euros. Destes projectos, 37 referem-se a centrais fruteiras, 22 a centrais hortícolas, 4 a centrais hortofrutícolas, 5 a armazéns de acondicionamento e armazenagem de batata e 2 a investimentos em instalações para floricultura e comercialização de material de viveiro.

Sublinha-se, como factor relevante, que 54% do número total de projectos têm como beneficiários organizações de produtores (35 organizações de produtores reconhecidas e 3 agrupamentos de produtores pré-reconhecidos), o que, face à reduzida expressão da produção de frutos e hortícolas comercializada em Portugal através destas organizações, é bem demonstrativo de uma forte orientação para o investimento que se está a verificar por parte de entidades directamente ligadas à produção. Do total de projectos, 49 foram enquadrados como de modernização/racionalização das instalações, dos quais 42 envolveram aumentos de capacidade, 17 foram relativos a novas unidades e 4 a transferência de localização, também com aumento de capacidade. O valor acrescentado, a preços de mercado, para o ano cruzeiro foi estimado em 36,6 milhões de euros para a totalidade dos projectos e os mesmos envolveram a criação de 337 novos postos de trabalho permanentes.

Em termos de distribuição geográfica, a região do Ribatejo e Oeste continuou a ser fortemente dominante, com 52% do investimento total e 54% do número de projectos, que foram muito diversificados, mas mais orientados para hortícolas do que para frutos. Em volume de investimento, a segunda região mais representativa foi Entre Douro e Minho, com 13% do investimento total. Dos 6 projectos aprovados nesta região, 2 referem-se a centrais hortícolas e

4 a centrais fruteiras, das quais 3 para kiwi. Ao Alentejo coube 10,2% do investimento e 6 projectos, igualmente repartidos por centrais fruteiras e hortícolas. A Beira Litoral representou 8,8% do investimento, com 5 projectos de centrais fruteiras, 2 das quais para Kiwi, e 2 de instalações para batata. Nas restantes regiões importa registar 7 projectos na região do Algarve, 6 dos quais para citrinos, 5 projectos em Trás-os-Montes, todos para fruta, e 2 projectos na Beira Interior.

1.4. Organização da Fileira

1.4.1. Introdução

O acréscimo da concorrência, resultante da globalização, é gerador de uma competição que dificulta as formas de organização tradicionais segmentadas, sobretudo no que se refere à produção massificada.

É fundamental estabelecer “pontes” entre os principais protagonistas e desenvolver formas mais integradas de definição de objectivos, resultados a atingir e medidas e acções a desenvolver, cabendo aos agentes da fileira definir os interesses que são comuns às diferentes áreas profissionais e cooperar no desenvolvimento e profissionalização da fileira hortofrutícola.

A questão fundamental a equacionar, é, assim, a forma como os operadores nacionais responsáveis pela produção, inseridos em formas ainda pouco desenvolvidas de organização e de cooperação, podem ser capazes de responder a estádios superiores de inovação e profissionalização e quais são os factores determinantes que podem induzir ganhos de competitividade.

Às organizações de produtores cabe o papel fundamental de desenvolver, de forma sustentada, o ajustamento da oferta às exigências do mercado, de incrementar a produção em quantidade e qualidade com respeito pelo ambiente, de concentrar a oferta, preparar os produtos e negociá-los em condições mais favoráveis de concorrência.

1.4.2. As organizações de produtores

A Organização Comum de Mercado (OCM) do sector visa uma maior orientação para o mercado, tendo como objectivo fundamental a organização e a concentração da oferta, pelo que as organizações de produtores (OP) constituem o pilar desta OCM.

No caso de centrais fruteiras ou hortícolas detidas por organizações de produtores reconhecidas, estas obrigam-se a assumir compromissos de programação da produção e adaptação à procura em quantidade e qualidade, de concentração da oferta e colocação no mercado da produção dos associados, de redução dos custos de produção e regularização dos preços e de promoção de técnicas de produção e de gestão de resíduos respeitadoras do ambiente.

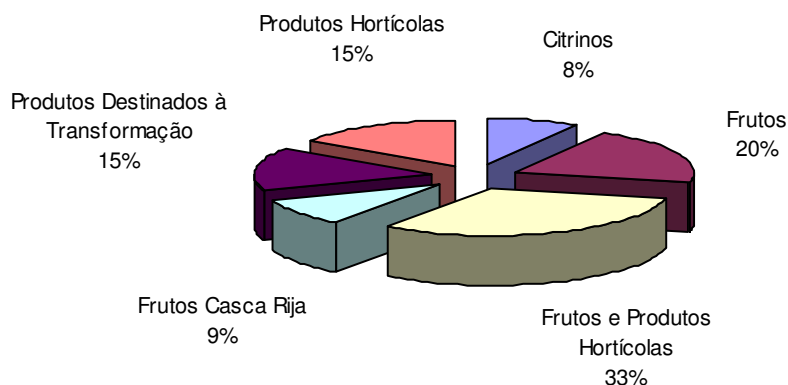
Compete-lhes assim colocar à disposição dos seus membros os meios técnicos necessários para a armazenagem, acondicionamento e comercialização dos produtos, assegurando uma gestão comercial adequada.

Assumem-se, portanto, de uma forma global, como motoras do desenvolvimento da produção, garantindo a adequação à procura e respeitando normas específicas de qualidade dos produtos e de protecção ambiental. O número de membros é muito variável, desde um mínimo de cinco até várias centenas, o que, naturalmente, exige níveis de organização e gestão bastante diferenciados.

Actualmente, no quadro do regime instituído pela OCM, existem 85 organizações de produtores, das quais 73 são reconhecidas e 12 são pré-reconhecidas. Nestas organizações estão associados cerca de 9 500 membros, ocupando uma área estimada em 51 mil hectares, dos quais 67% são de frutos e 33% de hortícolas.

Quanto à distribuição das OP por categorias de produtos (Gráfico 13), predominam as organizações da categoria de frutos e produtos hortícolas (33%), seguida da categoria de frutos (20%).

Gráfico 13 – Distribuição das Organizações de Produtores pelas categorias de reconhecimento



Fonte: GPPAA

Em 2004, a produção organizada que passou através das OP totalizou 173 milhões de euros, correspondendo à comercialização de 10,7% do total da produção nacional de frutos (624 milhões de euros) e produtos hortícolas (991 milhões de euros).

Numa abordagem mais específica ao valor da produção comercializada (VPC), verifica-se que 41% das organizações de produtores possuem um VPC entre 1 e 2 milhões de euros e geram

28% do total do VPC, 12% das organizações têm um VPC entre 4 e 9 milhões de euros, gerando 29% do VPC e acima dos 9 milhões de euros estão 1% das OP's, gerando 9% do total do VPC.

No que diz respeito ao peso do valor da produção comercializada pelas diferentes organizações, em relação ao total nacional, houve, no triénio de 2002-2004, uma evolução, embora muito ligeira. Importa, contudo, sublinhar que esta evolução se deve essencialmente ao tomate de indústria e à integração no VPC do valor da ajuda à produção.

Em 2004, no caso dos frutos, só 10,5% do seu VPC é que foi comercializado via organização de produtores e, no caso das hortícolas, apenas 10,9%. Se considerarmos o sector hortícola sem incluir o tomate para a indústria, obtemos o valor de 2,3% (Quadro 41).

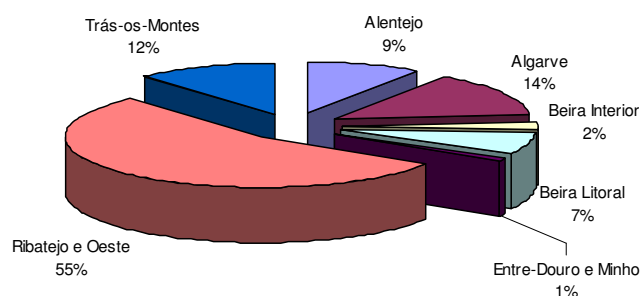
Quadro 41 - Peso do VPC das Organizações de Produtores no total nacional

	Peso do valor da produção das OP's no total nacional (%)		
	2002	2003	2004
Frutas e hortícolas	8,6	9,2	10,7
Frutas	9,1	10,5	10,5
Hortícolas	8,2	8,3	10,9
Hort. Sem Tomate de Industria	1,6	2,2	2,3
Citrinos	9,4	14,1	11,5

Fonte: GPPAA

Quanto à distribuição do VPC das OP pelas diferentes culturas, o tomate para indústria é o produto dominante, representando 50% do valor total da produção das OP, seguindo-se a pêra (14%) e a maçã (11%). Numa abordagem sectorial, os frutos são dominadas pela pêra que representa 35% do total da produção do sector, seguindo-se a maçã (28%) e os citrinos (20%). Os hortícolas são dominadas pelo tomate para indústria, que representa 80% do total da produção deste sector, seguindo-se muito distanciadas as cenouras (5%), couves (4%), pimentos (2%) e brócolos (1%). Como consequência, o principal destino da produção destas organizações é a indústria, representando 42% em termos de valor, seguindo-se o mercado grossista com 33% e as grandes superfícies de venda com 19%. Com menor relevância aparece o retalho que representa 2% e outros destinos indiferenciados 4%.

Gráfico 14 – Distribuição Regional das Organizações de Produtores



Fonte: GPPAA

A nível regional, o Ribatejo e Oeste é a região onde existe o maior número de organizações de produtores (55%), seguindo-se, embora bastante distanciados, o Algarve (14%) e Trás-os-Montes (12%). Esta última região viu aumentado o seu número de organizações, fruto do recente reconhecimento de várias estruturas na categoria de frutos de casca rija (Gráfico 14).

Referindo-nos à incidência do sector frutícola e hortícola nas várias regiões, em 2004, a região com o número mais elevado de organizações a comercializar frutos foi o Ribatejo e Oeste representando 48%, seguida do Algarve com 27%. Na região de Entre Douro e Minho, não houve comercialização de frutos via OP.

A região do Ribatejo e Oeste concentrou cerca de 80% das OP que comercializaram hortícolas, seguida do Alentejo (15%), sendo que na Beira Interior e em Trás-os-Montes não houve comercialização de hortícolas através de OP's.

É de salientar a importância de que se reveste o tomate para a indústria, já que 78% das OP's que comercializam hortícolas, incluem aquele produto.

Em relação à distribuição do VPC pelas várias regiões, destaca-se o Ribatejo e Oeste com um valor de produção comercializada na ordem dos 131 milhões de euros, seguindo-se o Algarve e o Alentejo com, respectivamente, 15 e 13 milhões de euros.

Numa análise comparativa da situação ao nível da UE-15, Portugal está bastante abaixo da média da União Europeia, conforme se pode verificar pelo Quadro 42.

Quadro 42 – Organizações de Produtores em Portugal e na UE-15 em 2002

Ano 2002	Portugal	UE - 15
Nº de organizações existentes	76	1350
Valor produção total de frutos e hortícolas	1502 milhões €	39 795 milhões €
Valor da produção de frutos e hortícolas comercializável pelas OP's	127 milhões €	14 435 milhões €
Valor médio da produção comercializável por OP	1,7 milhões €	10,7 milhões €
Peso da produção organizada na produção total	8,60%	37,9%

Fonte: GPPAA

Em 2002 a produção comercializada pelas OP em Portugal foi de 9%, valor muito inferior quer à média da UE (38%), quer ao registado nos países mediterrâneos, como seja a Espanha (37%), França (46%), Itália (29%) e Grécia (11%). A Bélgica e a Holanda destacam-se com valores acima dos 70%.

Em síntese, o nível de concentração da oferta através de organizações de produtores é muito baixo, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, por comparação com os outros países da UE.

A este indicador, acresce o facto de não se ter registado uma evolução significativa entre 2000 e 2005, no que se refere ao número de organizações reconhecidas e pré-reconhecidas, ao volume total de produção comercializada e ainda, à sua dimensão média.

1.4.3 Distribuição

A distribuição comercial, no que se refere aos bens alimentares e, em particular, aos frutos e produtos hortícolas no estado fresco, refrigerado ou transformado, tem vindo a registar mudanças muito significativas, traduzidas sobretudo no reforço do papel da grande distribuição na cadeia produtiva alimentar, o que também contribuiu para proporcionar mudanças nos padrões de consumo.

Desde então, verificou-se a instalação de grandes grupos económicos de distribuição, com quotas de mercado cada vez mais significativas, o que provocou a concentração da actividade comercial.

No retalho alimentar é de registar a redução das quotas de mercado dos estabelecimentos tradicionais, por força da instalação de grandes superfícies e, em menor escala, de estabelecimentos de comércio especializados, sobretudo de pequena dimensão. Segundo dados

da Direcção Geral da Empresa, a redução foi significativa, tendo o peso do volume de vendas das mercearias e dos estabelecimentos designados como “puros alimentares” decrescido de 15,7% para 8,8% entre 1998 a 2004, enquanto os hipermercados e supermercados, que detinham 77% do total das vendas de produtos e/ou serviços alimentares e não alimentares em 1998, passaram, em 2004, a representar 83,6%.

No comércio por grosso de frutos e hortícolas, a evolução do número de estabelecimentos no período de 1999 a 2003 não manifesta ainda, ao contrário do que seria de esperar, tendência de concentração, registando-se neste último ano a existência de um total de 1 898 estabelecimentos, o que representa mais de um quinto do total de estabelecimentos de comércio por grosso de bens alimentares (INE - Inquérito Anual às Empresas).

O domínio crescente da grande distribuição tem afectado a actividade dos mercados abastecedores, particularmente no caso do Continente. Como exemplo, citamos o Mercado Abastecedor do Porto, que tem vindo a registar um decréscimo sucessivo das quantidades comercializadas de frutos e hortícolas, de um total de 126 388 toneladas em 1998 para 99 545 toneladas em 2003.

O escoamento da produção de frutas e hortícolas no mercado nacional, em que predominava a venda a intermediários, a grossistas, a retalhistas e a consumidores finais nos mercados tradicionais, evoluiu por força da dinâmica da grande distribuição, para formas mais organizadas, que pressionam no sentido de concentrar a oferta e preparar adequadamente os produtos para venda em instalações onde se realizam as operações de pós-colheita necessárias para garantir a qualidade comercial dos produtos.

Desta dinâmica resultaram, naturalmente, alterações significativas nas relações entre produtores, grossistas e distribuidores, exigindo dos primeiros organização, gestão e profissionalização que os capacite para negociar em condições concorrenciais mais equilibradas.

O atraso que se verificou no desenvolvimento de estruturas organizadas de produtores criou oportunidades que foram aproveitadas por grossistas do comércio tradicional, por novos operadores e por produtores com níveis de oferta adequada, que se posicionaram como fornecedores da distribuição moderna e que, em muitos casos, com maior agilidade, realizam negócios explorando as oportunidades do mercado global. As ligações que estes operadores estabelecem com a produção são de diversa ordem, mas ficam aquém dos compromissos das organizações da produção, que assumem responsabilidades a diferentes níveis com os seus membros, envolvendo uma estrutura que, muitas vezes, é pesada pelo elevado número de associados e pela pequena dimensão das suas explorações.

O aumento da capacidade concorrencial da distribuição caminha, assim, no sentido da integração vertical da cadeia produtiva, com recurso à contratualização no aprovisionamento de produtos frescos e ao desenvolvimento de marcas próprias, sobretudo para produtos transformados.

Os principais grupos de distribuição têm vindo a desenvolver formas de articulação e fidelização de fornecedores, sejam organizações de produtores, empresários agrícolas ou grossistas com estruturas próprias de concentração, armazenagem e preparação de produtos.

Estas relações envolvem assistência técnica e comercial, elaboração de fichas técnicas por produto e cumprimento de normas e especificações diversas, designadamente no que se refere a sistemas de certificação específicos.

As relações contratuais estabelecidas com organizações de produtores já têm actualmente alguma relevância, sendo quantitativamente mais significativas nos frutos do que nos produtos hortícolas.

Actualmente estima-se que 20 a 30% dos fornecedores das principais cadeias de distribuição sejam Organizações de Produtores.

Em conclusão, assiste-se a uma concentração acelerada e irreversível no mercado retalhista, por força da dinâmica da grande distribuição, que cada vez mais se organiza para satisfazer as necessidades de consumo das famílias.

Esta concentração levou a alguma resposta organizada do sector produtivo, mas igualmente introduziu outros operadores nesta cadeia. Da forma como este for capaz de participar neste processo dependerá o nível de apropriação das mais valias geradas ao longo da cadeia. A parte da produção que não for capaz de se organizar, concentrando a oferta e ajustando-a às necessidades da grande distribuição, não terá acesso às principais cadeias de distribuição, ficando limitada a um mercado relativamente reduzido de pequenos nichos.

Já no que se refere aos hábitos de consumo, assiste-se a uma maior estratificação do poder de compra, com um segmento exigente de consumidores disponíveis para adquirir produtos de melhor qualidade ou com alguma diferenciação, a par de um segmento quantitativamente muito mais representativo onde, apesar da redução do peso dos bens alimentares no conjunto das despesas das famílias, o preço continua a ser o elemento principal na decisão de compra.

No caso da produção diferenciada de frutos e hortícolas, com qualidade regulamentada ou com características particulares, designadamente variedades regionais ou com atributos organolépticos específicos, que têm em Portugal um potencial assinalável, sem prejuízo das oportunidades de negócio com estabelecimentos de comércio especializados, importa fazer um esforço de afirmação destes produtos junto das grandes cadeias de distribuição, apostando na possibilidade de dar resposta à crescente apetência dos consumidores para valorizar as qualidades intrínsecas de produções específicas em detrimento da uniformidade e padronização que tem caracterizado a oferta.

1.5. Evolução do Mercado

Em Portugal, nos últimos vinte anos, o consumo de frutos (frescos e secos) duplicou. Em 2002/2003, para os frutos frescos o valor era de 905 000 toneladas (87 kg/habitante/ano) e para os secos de 64 000 toneladas (6,1 kg/habitante/ano).

Neste mesmo período, o consumo de produtos hortícolas teve grandes oscilações; um aumento moderado até meados da década de 90, um crescimento acentuado nos anos de 1995 a 1999 e um decréscimo a partir de 2000. Para a batata têm-se registado algumas oscilações no consumo, notando-se um decréscimo evidente a partir de meados da década de 90. Em 2002/2003 o consumo de hortícolas era de 1 088 000 toneladas (105 kg/habitante/ano) e o de batata 963 000 toneladas (93 kg/habitante/ano).

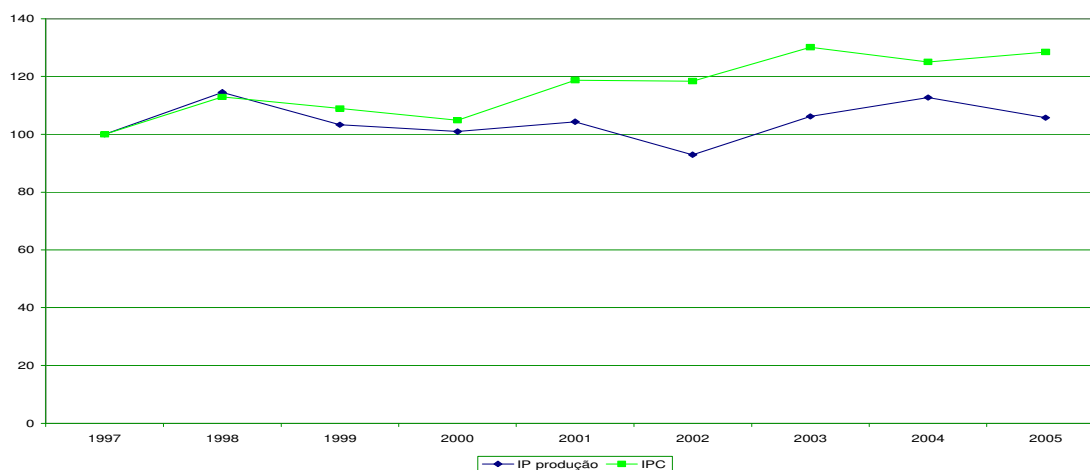
A evolução dos preços no produtor e no consumidor dos produtos hortícolas e frutícolas, no período 1997 a 2005, está ilustrada nos Gráfico 15 e Gráfico 16. Tanto nos frutos, como nos hortícolas, tem havido uma evolução positiva dos preços, a qual foi muito mais acentuada a nível do consumidor do que do produtor, o que está indicado no Quadro 43.

Quadro 43 – Taxa de crescimento médio anual do índice de preços no período 1997 a 2005 (%)

	Hortícolas	Frutos
Índice de preços na produção	0,7	0,7
Índice de preços ao consumidor	2,9	3,2

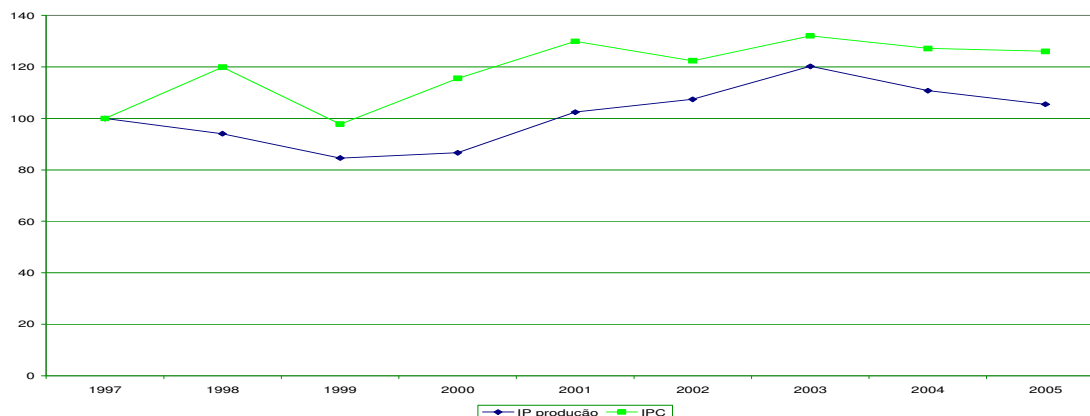
Fonte: INE, Contas económicas da Agricultura e IPC

Gráfico 15 – Índices de preços na produção e ao consumidor (1997=100) dos frutos



Fonte: INE, Contas Económicas da Agricultura e IPC

Gráfico 16 – Índices de preços na produção e ao consumidor (1997=100) dos hortícolas



Fonte: INE, Contas Económicas da Agricultura, e IPC.

O acréscimo do consumo atrás referido, para os frutos e hortícolas, não foi acompanhado por um acréscimo da oferta proveniente da produção nacional, pelo que se agravou o deficit das trocas com o exterior.

A balança comercial relativa ao sector frutícola para consumo em fresco é deficitária. Tomando como referência o período de 2000 a 2004, o valor médio relativo às entradas/importações foi de 360 milhões de euros, o que representa quase o quádruplo do relativo ao das saídas/exportações, de 99 milhões de euros (Quadro 44).

Em 2004 estes valores ascenderam a 387 e 109 milhões de euros, respectivamente. Espanha é o nosso maior fornecedor, cobrindo 41% da totalidade do valor das aquisições de frutas. Dentro do grupo dos restantes países destacam-se, por ordem de importância, a Costa Rica (11%), o Brasil (7%), o Equador (7%), a França (5%), a Alemanha (5%) e o Chile (4%).

O grau de auto-provisionamento dos frutos era, em 2002, igual a 71,6 e a projecção⁷ para 2013 aponta para um valor de 60,7.

A banana e os frutos exóticos (ananás, manga, goiaba e papaia) são os produtos mais adquiridos ao exterior, representando cerca de 40% do valor total das entradas, enquanto a maçã e a uva, em conjunto, totalizam 20% desse valor.

No que respeita às saídas, o principal destino dos frutos portugueses é a União Europeia, cabendo a liderança a Espanha, com um peso de 35%. Seguem-se-lhe a Itália, Reino Unido e França, que em conjunto representam cerca de 50% da totalidade do valor das vendas. É de salientar o reforço das vendas ao Brasil, que têm vindo a aumentar, ano após ano.

A pêra (20%), a castanha (9%) e o pinhão (4 a 14%) são os frutos privilegiados da nossa expedição/exportação, sendo dos únicos produtos que apresentam um saldo francamente positivo nas trocas com o exterior.

As exportações de frutos representaram, em 2004, cerca de 6% das exportações agrícolas enquanto as importações atingiram um peso de 8%.

Relativamente ao sector hortícola para consumo em fresco, a balança comercial também é deficitária. O valor médio relativo às entradas/importações, para o mesmo período, situava-se nos 126 milhões de euros, representando três vezes mais o montante relativo às saídas/exportações, de 44 milhões de euros (Quadro 45).

Em 2004 estes valores ascenderam a 132 e 57 milhões de euros, respectivamente. A União Europeia é o principal fornecedor de produtos hortícolas, cabendo à Espanha a liderança com 50% do valor das entradas, seguindo-se a França com 22%, os Países Baixos com 12% e a Alemanha com 10%.

⁷ Projeções efectuadas com a aplicação de modelos ADL (Autorregressive Distributed Lag).

Quadro 44 – Evolução do Comércio Internacional português de frutos frescos, secos e secados: 2000 a 2004 (EUR)

PRODUTO PRODUCT	2 0 0 0		2 0 0 1		2 0 0 2		2 0 0 3		2 0 0 4	
	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.
ABACATE	329 733	1 910	439 423	1 411	336 272	3 368	365 316	2 181	517 680	383
AMEIXA FRESCA	3 182 837	1 655 578	4 680 532	926 028	3 893 697	1 558 527	4 011 038	2 646 971	6 620 052	2 680 270
AMÊNDOA	1 177 595	1 305 365	1 981 657	1 637 122	692 554	2 606 158	1 006 241	1 259 247	1 007 707	746 545
AMÊNDOA S/ CASCA	4 675 400	877 901	4 494 513	731 708	4 799 178	675 757	5 851 991	1 167 594	10 144 602	1 007 888
ANANÁS/ABACAXI	10 086 389	2 529 064	15 462 178	3 001 863	35 192 742	20 189 421	45 079 114	29 379 972	39 309 897	19 467 462
AVELÃ	19 163	9 258	98 959	73 985	97 874	18 098	40 933	11 239	53 074	8 032
AVELÃ S/ CASCA	595 172	18 937	561 038	32 377	367 443	19 644	499 424	54 022	606 415	35 651
BANANA FRESCA	83 477 909	15 903 647	125 152 903	41 445 794	97 324 091	18 175 382	81 958 925	20 103 586	77 892 533	22 711 385
CAJU/CAST.MARANHÃO	2 923 362	40 296	1 681 759	53 794	2 003 024	73 897	1 394 310	40 000	2 258 799	20 577
CASTANHA	952 552	14 044 288	913 846	13 727 471	1 503 237	16 639 984	2 017 687	15 986 643	2 347 446	10 146 910
CEREJA	2 132 738	42 380	2 613 331	11 264	2 798 779	36 164	4 433 180	31 308	4 059 076	23 383
CLEMENTINA	2 111 147	81 519	2 829 880	53 837	1 948 334	72 551	2 214 470	66 451	2 296 912	1 146 043
CÓCO	2 729 561	225 999	1 857 717	219 989	2 581 497	345 663	2 292 836	332 851	2 006 241	280 189
DAMASCO	952 905	1 737	1 408 046	1 955	1 308 320	3 656	1 632 414	1 717	1 269 492	1 313
FIGO FRESCO	301 719	33	242 464	475	613 952	21 866	396 466	2 055	343 252	83 249
FIGO SECO	2 317 069	395 411	1 873 209	373 735	2 044 372	274 081	2 135 712	212 302	2 231 012	187 643
GOIABA/MANGA	13 158 820	126 623	16 965 190	210 490	15 672 545	309 268	18 726 194	196 265	18 279 158	461 809
KIWI	8 971 914	496 438	9 620 223	461 770	11 489 865	321 681	13 196 140	1 568 506	10 666 691	2 258 723
LARANJA	8 595 578	400 460	23 294 371	1 203 949	10 352 541	510 017	11 363 773	493 013	15 983 382	2 216 387
LIMÃO	4 229 697	49 599	4 552 362	359 664	2 545 667	102 582	3 939 017	54 835	3 216 235	173 529
MAÇÃ	34 633 738	1 703 901	47 217 522	3 140 918	44 345 815	2 558 600	44 051 433	3 491 449	50 248 507	4 600 682
MAMÃO/PAPAIA	5 097 113	105 489	5 655 626	23 074	5 740 455	55 218	6 263 701	159 473	7 335 144	327 307
MANDARINA/TANGERINA	699 858	29 687	1 010 324	29 778	1 385 802	49 783	1 901 586	170 211	2 234 652	248 588
MELANCIA	2 822 609	4 624	2 713 646	64 305	1 673 316	3 763	2 887 981	82 303	3 352 446	442 897
MELÃO	16 814 625	136 817	18 413 832	147 576	18 296 379	1 050 233	20 164 371	895 111	22 103 823	1 948 554
MORANGO	5 835 349	130 843	6 206 371	873 308	7 361 160	751 686	7 666 257	1 670 751	8 597 483	3 572 156
NOZ	3 261 128	109 463	3 114 346	134 376	2 178 252	121 554	2 458 160	62 448	1 924 400	105 676
NOZ S/ CASCA	2 587 228	77 681	3 467 072	147 124	2 870 330	98 823	2 931 713	133 342	3 197 382	164 489
OUT.CITRINOS FRESCOS	1 526 772	262 775	1 288 930	109 596	975 322	59 924	1 330 209	88 438	1 607 646	199 376
OUT.FRUTOS SECOS	420 436	772 309	108 648	502 995	228 078	65 443	154 831	304 135	218 246	1 515 211
PASSAS DE UVA	3 242 467	134 836	2 197 507	222 914	1 709 129	159 232	2 214 700	160 372	2 391 408	171 191
PÊRA	11 241 138	13 699 623	13 972 668	18 994 116	13 041 095	23 129 352	14 647 320	17 994 791	15 692 863	21 982 742
PÊSSEGO/NECTARINA	16 604 243	279 106	24 923 859	560 016	19 546 007	656 045	23 304 604	1 020 956	25 678 884	889 795
PINHÃO	252 186	8 902 769	568 015	9 490 623	640 211	7 303 056	1 143 271	11 899 892	894 790	3 939 890
PISTÁCIO	1 839 538	6 877	1 627 350	10 036	1 495 977	2 841	1 349 709	11 798	1 629 707	11 819
UVA	26 125 774	155 056	27 264 722	521 869	28 084 283	413 573	27 679 234	965 990	29 099 480	3 049 011
OUTROS FRUTOS	8 388 772	3 772 671	9 215 688	2 438 426	9 226 312	1 650 762	9 826 922	1 393 099	10 054 063	2 142 350
TOTAL DE FRUTOS	294 314 235	68 490 971	389 689 725	101 939 730	356 363 907	100 087 653	372 531 183	114 115 317	387 370 580	108 968 905

Fonte: INE

(*) Apenas se incluem aqui os frutos frescos ou refrigerados das posições 0801 a 0810 da N.C.

Quadro 45 – Evolução do Comércio Internacional português de hortícolas frescos: 2000 a 2004 (EUR)

PRODUTO	2000		2001		2002		2003		2004	
	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.
ALFACE	2 587 638	254 695	4 237 862	249 629	3 270 927	4 766 188	2 228 320	5 870 938	1 838 797	6 612 304
OUTRAS SALADAS	206 057	3 459 793	287 097	4 323 199	182 910	839 290	184 379	846 423	239 508	47
ALCACHOFA	31 730	87	31 402	16	49 761	681	55 014	9	52 947	673
AIPO	44 924	342	76 995	827	82 526	2 229	92 219	90 508	94 511	10 428
ALHO	5 325 298	71 454	7 762 672	47 604	9 525 241	98 677	8 134 337	29 405	6 954 971	22 659
ALHO PORRO	485 046	431 734	869 780	586 791	731 892	813 600	852 956	679 146	551 928	1 358 489
BERINGELA	284 215	660	353 893	36 568	443 434	627	599 575	4 230	604 170	11 267
BATATA PRIMOR	929 771	1 858 730	2 046 838	2 267 610	1 900 412	1 146 471	531 881	246 166	2 304 359	214 961
BATATA CONSERVAÇÃO	24 803 241	5 315 948	36 387 068	7 430 939	26 120 314	12 248 431	28 266 661	8 550 224	34 515 794	12 636 225
BATATA SEMENTE	14 319 772	463 274	17 862 665	936 952	19 851 858	1 036 813	15 982 665	893 415	16 608 831	1 659 935
COUVE FLOR / BRÓCOLOS	2 285 017	51 427	4 698 097	91 779	2 955 211	303 179	4 620 533	56 541	3 721 480	360 810
COUVE BRANCA / C.ROXA	161 234	662 775	584 901	464 259	329 660	449 987	495 576	213 528	182 488	119 171
COUVE DE BRUXELAS	112 403	120	170 259	214	138 954	21 248	181 282	19 424	127 504	70 245
OUTRAS COUVES	616 982	2 869 783	2 571 368	3 786 900	560 236	4 777 615	1 394 304	4 004 772	410 352	5 106 464
CEBOLA DE SEMENTE	85 346	18 851	128 257	14 822	203 787	340	2 069 546	15	1 122 493	14
CEBOLA DE CONSUMO	4 781 358	83 042	10 404 368	266 006	9 946 286	661 061	7 702 981	67 853	9 567 860	252 757
CENOURA / NABO	9 940 311	1 259 873	12 713 967	2 727 741	11 595 309	3 007 478	13 905 873	2 942 678	9 125 948	4 395 022
COGUMELOS / TRUFAS **	442 277	3 418 234	769 107	3 591 739	597 798	4 307 724	604 352	4 411 839	635 271	3 261 178
CORNICHONS	124 246	8 610	12 579	-	20 939	1 418	51 522	-	27 281	20
ESPARGO	283 904	30	342 856	756	344 544	1 561	405 824	2 373	537 964	1 222
ESPINAFRE	195 086	2 144 931	448 905	2 340 569	556 197	2 480 741	912 919	2 338 220	585 680	2 294 317
ERVILHA FRESCA	576 723	16 381	585 600	14 552	520 512	42 011	663 550	16 991	806 492	97 965
FEIJÃO VERDE	6 241 639	103 056	8 179 597	420 365	9 058 508	555 329	11 333 702	106 981	9 224 534	475 284
OUTRAS VAGENS FRESCAS	1 260 917	56 563	339 432	129 760	767 269	122 405	1 293 938	52 867	1 123 892	61 411
PEPINO	556 150	37 083	554 607	36 019	880 259	9 409	1 315 905	32 598	882 801	77 358
PIMENTO	4 157 645	813 073	5 036 916	595 068	5 333 001	2 476 484	7 436 946	2 072 771	9 114 325	2 734 376
TOMATE	13 131 224	4 997 782	12 476 752	4 069 419	19 947 472	5 471 700	18 353 312	5 379 043	16 987 206	8 608 596
OUTROS HORTICOLAS FRESCOS	3 722 735	2 793 195	4 412 926	4 132 670	4 959 552	4 792 363	4 426 492	5 416 138	3 942 675	6 690 554
TOTAL DE HORTICOLAS	97 692 888	31 191 525	134 346 766	38 562 773	130 874 769	50 435 060	134 096 564	44 345 096	131 892 062	57 133 752

NOTA: Apenas se incluem aqui os hortícolas frescos ou refrigerados das posições 0701 a 0709 da N. C.

Fonte: INE

A batata de conservação, a batata semente e o tomate são os produtos hortícolas mais adquiridos ao exterior, representando 26%, 13% e 13%, respectivamente, do valor total das entradas. Os restantes produtos são a cebola, a cenoura, o feijão verde e o pimento, com um peso de 7% cada e o alho seco representando 5% desse valor.

No que respeita às saídas, o Reino Unido é o principal destino dos hortícolas nacionais, com um peso de 45%, seguindo-se a Espanha com 26% e a França com 13%. Os Países Baixos, a

Bélgica e a Alemanha representam, em conjunto, 12% do valor das saídas. A batata de conservação (22%), o tomate (15%), a alface (12%), as couves (10%) e a cenoura/nabo (8%) são os produtos mais vendidos.

Em 2004, as saídas de hortícolas representaram cerca de 5% do total das exportações agrícolas, enquanto as importações atingiram 4%.

A balança comercial relativa ao sector de flores e plantas ornamentais é deficitária. Tomando como referência o período de 2000 a 2004, o valor médio relativo às entradas/importações foi de 59 milhões de euros, muito superior ao das saídas/exportações, que se cifrou nos 22 milhões de euros (Quadro 46).

Em 2004 o valor das entradas diminuiu, relativamente ao ano anterior, em cerca de 2,4%.

Os Países Baixos são o principal fornecedor do mercado nacional, cobrindo 64% da totalidade do valor das aquisições de plantas vivas e flores. Dentro do grupo dos restantes países destacam-se, por ordem de importância, a Espanha (19%), a Itália (5%) e a Bélgica (5%).

Quadro 46 - Evolução do Comércio Internacional português de flores e plantas vivas: 2000 a 2004 (EUR)

PRODUTO PRODUCT	2000		2001		2002		2003		2004	
	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.	ENT/IMP.	SAI/EXP.
BOLBOS EM FLOR	925 371	6 644	560 277	13	754 162	74 081	934 355	-	1 378 414	734 374
BOLBOS GLADIÓLOS	596 695	-	601 310	-	737 930	27 547	750 883	24 171	663 169	41 306
BOLBOS JACINTOS	57 083	-	58 498	-	61 039	-	244 426	-	291 738	-
BOLBOS NARCISOS	70 559	-	54 951	-	46 226	-	54 827	-	55 241	-
BOLBOS TÚLIPAS	335 233	-	415 367	-	316 568	2 842	305 192	6 439	331 110	13 057
OUTROS BOLBOS	3 191 820	898 313	3 378 887	1 104 613	3 469 138	678 946	4 550 608	817 236	4 078 394	475 414
CRAVOS	377 943	589 621	330 857	884 735	450 763	2 437 175	446 133	2 613 330	243 553	2 891 155
CRISÂNTEMOS	2 589 402	-	2 469 050	-	2 814 539	3 950	2 944 688	202	2 726 117	-
ESTACAS E ENXERTOS	1 246 209	3 434 109	2 431 685	3 794 138	3 263 398	4 008 411	2 787 923	3 747 464	1 309 957	3 588 449
FLORES E S/ BOTÕES	8 566 518	233 945	10 683 928	538 186	11 202 201	785 518	11 376 216	767 676	9 449 053	1 811 607
GLADIÓLOS	285 908	-	26 666	11	47 652	-	48 378	710	44 602	4 578
ORQUÍDEAS	1 358 922	51 564	1 536 092	72 274	1 201 975	25 705	1 515 628	58 192	1 612 919	33 712
OUTRAS PLANTAS VIVAS	7 421 427	5 749 826	8 541 027	6 822 531	8 899 852	7 106 998	9 385 665	8 195 920	12 150 385	7 575 159
PLANTAS DE INTERIOR	15 099 302	2 344 632	16 251 848	2 770 654	20 831 557	4 297 652	20 620 726	4 722 073	20 113 023	4 303 578
RODODEND. E AZÁLEAS	500 387	-	327 599	-	477 150	-	497 608	-	455 176	-
ROSAS	3 898 025	90	4 134 889	50	4 545 708	605	4 774 431	1 188	4 195 978	70
ROSEIRAS	961 177	7 424	599 764	21	782 352	3 610	366 293	118	527 650	173
FOLHAGENS	2 608 259	350 198	2 083 581	503 258	3 231 556	1 432 410	2 940 473	1 106 176	3 348 083	16 178 149
TOTAL	50 090 242	13 666 366	54 486 276	16 490 484	63 133 766	20 885 450	64 544 453	22 060 895	62 974 562	37 650 781

Fonte: INE

As plantas de interior (32%), outras plantas vivas (19%), as flores e seus botões (15%) e as rosas (7%) são as espécies mais adquiridas ao exterior.

Quanto às saídas, os principais mercados para as plantas e flores nacionais são Espanha (30%), os Países Baixos (29%), França (12%), Itália (10%) e o Reino Unido (7%). As folhagens (43%), outras plantas vivas (20%), plantas de interior (11%) e as estacas e enxertos (10%) são os produtos mais vendidos.

1.6. Qualidade e Segurança Alimentar

Numa sondagem de opinião realizada nos 15 Países da União Europeia⁸, em que as principais questões centraram-se sobre a importância atribuída aos objectivos da PAC, os resultados evidenciaram 70% de respostas positivas relativas à globalidade dos objectivos, com especial relevo às seguintes questões:

Garantir produtos saudáveis e seguros – 90% de respostas

Promover o respeito pelo ambiente - 88%

Ajudar os agricultores a adaptar a produção às expectativas dos consumidores – 81%.

Pode-se, pois, constatar o elevado grau de exigência dos consumidores europeus no que respeita a questões de segurança, qualidade intrínseca e ambiente/modos de produção.

O sector dos frutos e hortícolas tem vindo, ao longo dos últimos anos, a integrar estas preocupações, sendo notório o esforço desenvolvido na melhoria dos padrões de qualidade da produção de frutos, hortícolas e flores. Esta situação resulta duma dinâmica imposta predominantemente pelo mercado, para dar resposta, em particular, às cadeias de distribuição e grossistas com padrões de exigências acrescidos, e que é enquadrada e complementada com maiores exigências regulamentares comunitárias, dando origem a um quadro de maior rigor em termos das regras de qualidade mínima, saúde alimentar e, ainda, de protecção ambiental.

A introdução de modos de produção particulares que são de adesão voluntária e que, conjuntamente com os produtos neles obtidos, são objecto de certificação são exemplo desta evolução.

Qualidade - Segurança Alimentar

A segurança dos alimentos, englobando o conceito de rastreabilidade ao longo de toda a cadeia produtiva, surge como a primeira condição da qualidade constituindo, na actualidade, um elemento obrigatório da União Europeia e dos Estados Membros, numa óptica de responsabilização dos agentes face ao público consumidor. Enquadrada em legislação comunitária e nacional, traduz-se em sistemas de controlo dos processos produtivos e informação ao consumidor, baseados em princípios e orientações que pretendem garantir os mais elevados padrões de segurança.

⁸ A pedido da DG AGRÍ da Comissão Europeia em 2002, através dum consórcio de agentes de estudos de mercado (INRA, GFK Worldwide e Service Press et Communication)

No que ao sector dos frutos e hortícolas diz respeito, assume particular importância o controle de resíduos de produtos fitofarmacêuticos, matéria regulamentada em Portugal pelo Decreto-Lei nº 160/90, que tem como objectivos:

verificação da conformidade dos níveis de resíduos presentes nos produtos alimentares em comercialização com os respectivos Limites Máximos de Resíduos (LMR);

a vigilância permanente da exposição dos consumidores aos resíduos através da alimentação.

O controlo de resíduos de pesticidas tem, ainda, como finalidade regular a disciplina na utilização dos produtos fitofarmacêuticos, através da verificação do seu uso correcto.

Os relatórios relativos à aplicação desta regulamentação⁹ mostram que a situação em Portugal é boa, apesar de o número de substâncias activas pesquisadas ser cada vez maior.

De acordo com aquela informação, feita a avaliação do risco e tendo em consideração os parâmetros toxicológicos dos produtos fitofarmacêuticos envolvidos e os consumos dos diferentes produtos agrícolas em causa, concluiu-se que nenhuma das transgressões aos LMR em 2003 foi susceptível de risco para o consumidor;

As situações mais frequentemente detectadas estão associadas à presença em produtos importados de vestígios da aplicação de produtos não homologados em Portugal (o que não constitui uma irregularidade se o produto em causa está homologado no país de origem e não está proibido na UE) e, em segundo lugar, o ajustamento das práticas fitossanitárias a novas restrições regulamentares.

Mesmo nas situações mais problemáticas têm-se registado uma redução das infracções.

Na origem de uma parte significativa das infracções detectadas está a inexistência de produtos homologados para algumas culturas e alguns fins, nomeadamente fungicidas, situação que, não estando ultrapassada, melhorou com as autorizações de “usos menores”.

Apesar de a situação ser considerada boa, parece importante desenvolver um esforço particular no domínio da comunicação dos riscos de pesticidas a técnicos e agricultores, como forma de fundamentar a selecção dos pesticidas, bem como a forma de utilização e a forma de evitar perigos¹⁰ (divulgação, qualificação, apoio técnico qualificado), da certificação de máquinas e equipamentos de aplicação e, por último, da disponibilização aos agricultores de uma gama de produtos fitofarmacêuticos homologados tão grande quanto possível.

⁹ Com base nos relatórios das análises efectuadas entre 1997 e 2004 pela DGPC

¹⁰ Características Toxicológicas dos pesticidas em Portugal – 2005 (Pedro Amaro)

Qualidade – Mercado

As DOP e IGP:

Os outros parâmetros e variáveis que definem a qualidade e cujas especificações estão fortemente ligadas ao mercado, poderão agrupar-se em intrínsecos e extrínsecos. Nos primeiros poderão destacar-se o valor nutritivo dos alimentos, o sabor, o odor e a aparência, particularmente requeridos pelos consumidores.

Entre os parâmetros extrínsecos poderemos distinguir a região de produção ou o método tradicional determinado, reconhecidos pela legislação comunitária como Denominações de Origem Protegida (DOP), Indicações Geográficas Protegidas (IGP) e Especialidades Tradicionais Garantidas de Produtos Agrícolas e Géneros Alimentícios.

Existem, actualmente no Continente, dezoito produções com nomes protegidos de fruteiras. Estima-se que as DOP, IGP e ETG apenas abrangem 2,6% da produção nacional daqueles produtos (Quadro 47).

Quadro 47 – Peso e valor da produção certificada de frutos em 2004

Frutos	Produção certificada (t) (Sector*)	Produção Nacional (t) (INE)	% certificada em relação à produção nacional	Valor estimado em milhares de Euros
	22 785	894 448	3	27 934

* Dados fornecidos pelos operadores

Fonte: IDRHA

Se verificarmos as contribuições relativas de cada produto com designação reconhecida, constatamos que a DOP Pêra Rocha do Oeste é a que detém actualmente maior peso, representando cerca de 62% do total da produção de frutos certificadas (Quadro 48), seguindo-se a maçã da Beira Alta e os Citrinos do Algarve, sendo muito reduzida a certificação das restantes designações.

Quadro 48 – Peso de cada espécie na produção total de frutos certificados

Pêra Rocha do Oeste %	Maçã da Beira Alta %	Maçã de Alcobaça %	Citrinos do Algarve %	Outros %
61,9	11,8	4,4	11,4	1

Fonte: IDRHA

A valorização destes produtos certificados é ainda pouco consistente, configurando a necessidade de uma melhoria de estratégia para o seu desenvolvimento, que deverá incorporar, nomeadamente, uma maior informação junto dos consumidores.

Os modos de produção

Para além das exigências regulamentares impostas pelas regras comunitárias e nacionais (qualidade mínima com o objectivo da segurança alimentar), é ainda atribuída uma importância adicional ao desempenho ambiental das explorações. Este reconhecimento é feito através de modos de produção particulares, existindo uma grande variedade no território da UE, de que se salienta, em Portugal, em particular a Agricultura Biológica (AB) que é regulamentada a nível comunitário, a Protecção Integrada (PI) e a Produção Integrada (PRODI), que foram apoiadas através duma medida agro-ambiental no período 2000-2006, com bastante sucesso, e ainda outros, não regulamentados a nível nacional. Pela sua importância e pela sua relação com o desempenho ambiental das explorações, a implementação destes modos de produção será objecto de análise no ponto seguinte.

Paralelamente a estes modos de produção, que são objecto de regulamentação pública, tem surgido um conjunto de iniciativas privadas de definição de normas de produção mais ou menos restritivas, que são objecto de controle e certificação, e que as cadeias de distribuição e os retalhistas exigem aos seus fornecedores.

Destacam-se pela sua importância os seguintes exemplos

EurepGap (Euro Retailer Produce Working Group–Good Agriculture Practices)- (Produção Hortofrutícola e Florícola /Centrais/Transformação)

BRC British Retail Consortium (Produção Hortofrutícola Centrais/Transformação)

Nature's Choice (Produção Hortofrutícola /Transformação)

Clubes de Produtores (Produção Hortofrutícola /Distribuição)

FLP Flower Label Program (Produção de flores e plantas ornamentais)

MPS Milieu Project Sieertelt (Produção de flores e plantas ornamentais)

1.7. Desempenho Ambiental

Para além da regulamentação relativa às boas práticas agrícolas, à condicionalidade e à adopção de modos de produção particulares, a que seguidamente se fará referência, a própria regulamentação comunitária relativa ao sector, e em particular a que se refere às Organizações de Produtores, impõe requisitos de natureza agro-ambiental.

No quadro da regulamentação em vigor, os estatutos das organizações de produtores reconhecidas têm que consagrar como um dos seus objectivos principais o fomento de práticas agrícolas e de gestão de resíduos respeitadoras do meio ambiente. Para além disso, todos os programas operacionais apresentados pelas organizações de produtores têm necessariamente que incluir objectivos e medidas específicas que visem a melhoria do desempenho ambiental das explorações e/ou do processo de transformação e comercialização dos produtos.

Condicionalidade e boas práticas agrícolas e ambientais

O Reg (CE) nº 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro, que instituiu a base da legislação de reforma da PAC, estabeleceu o princípio da condicionalidade, segundo o qual os agricultores beneficiários de qualquer pagamento directo têm de satisfazer determinadas normas em matéria de Ambiente e Bem-estar dos animais, Saúde Pública, Saúde Animal e Fitossanidade (art. 3º e Anexo III do Regulamento citado).

Estes normativos, designados como Requisitos Legais de Gestão, irão sendo progressivamente implementados até 2007, encontrando-se repartidos por um total de 19 Directivas e Regulamentos.

Desde 1 de Janeiro de 2005 estão já em aplicação 4 Directivas no domínio do Ambiente (Directiva Aves- Decreto-Lei n.º 140/99, e alterações subsequentes, Directiva Habitats- 92/43/CEE, do Conselho, Directiva Lamas - Decreto-Lei n.º 446/91, Directiva Nitratos- Decreto-Lei n.º 236/98, Directiva Protecção de Águas Subterrâneas- Decreto-Lei n.º 236/98.

A partir de 1 de Janeiro de 2006 entraram em vigor, os Regulamentos e Directivas do domínio da fitossanidade, nomeadamente: Decreto-Lei n.º 94/98, que adopta as normas técnicas de execução referentes à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado; Decreto-Lei n.º 173/2005, que regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais.

Quanto às Boas Condições Agrícolas e Ambientais, incidem sobre questões do solo e erosão, gestão de resíduos vegetais (queimadas), gestão dos resíduos das embalagens, dos excedentes de fitofármacos, bem como a recolha e concentração de materiais plásticos, temporariamente assegurada nos espaços agrícolas e posteriormente entregues nos locais de venda e outros locais que venham a ser designados para o efeito.

No que concerne ao ponto de situação da aplicação da condicionalidade, o controlo é realizado por amostragem anual sob a responsabilidade do IFADAP/INGA.

Quanto aos novos Requisitos Legais de Gestão no âmbito da fitossanidade, o controlo ao uso de produtos fitossanitários já é assegurado em algumas Medidas Agro-Ambientais, sendo o indicador a utilização de produtos homologados no país, não tendo ainda sido possível a obtenção de dados quantificados

Quadro 49 – Resultados do controlo no local às Boas Práticas Agrícolas em operadores com Medidas Agro-Ambientais em 2004

Medida	Boas Práticas Agrícolas
	Rejeitados (%)
Protecção Integrada	14
Produção Integrada	14
Agricultura Biológica	12
Enrelvamento Entrelinha Culturas Permanentes	14
Hortas do Sul	40
Pomares Tradicionais	18

Fonte: IDRHA

Os dados dos controlos efectuados no âmbito das Medidas Agro-Ambientais deverão, ao longo dos anos, fornecer informação sobre a evolução do cumprimento das Boas Práticas Agrícolas. Relativamente a 2004, 14% dos processos controlados foram considerados irregulares¹¹, evidenciando que haverá necessidade de adaptação a novos requisitos, de criar sistemas de gestão de resíduos, bem como divulgar as suas implicações junto dos produtores. Embora a informação não esteja desagregada por cultura, o que não permite tirar conclusões relativamente ao cumprimento das normas por sector de produção, permite no entanto verificar que o menor número de incumprimentos se regista nas medidas da Agricultura Biológica, Produção Integrada e Protecção Integrada.

1.7.1. Modos de produção particulares: agricultura biológica, produção integrada e protecção integrada

A exigência de desempenho ambiental para todo o sector agro-alimentar é, actualmente, uma orientação comunitária introduzida nos vários níveis da regulamentação alimentar. Ao nível da exploração agrícola, e durante os últimos anos, ela foi incentivada através do pagamento de ajudas à introdução, voluntária, de práticas mais amigas do ambiente e para além do cumprimento das regras base. A sua aplicação concretizou-se através de três modos de produção, devidamente regulamentados, a agricultura biológica, a produção integrada e a protecção integrada, que tiveram uma adesão significativa.

Cada modo de produção implica um conjunto de práticas diferenciadas, representando graus de exigência adequados. A adesão à protecção integrada, por representar o primeiro passo para a reconversão do modo de produção tradicional, foi a que teve maior adesão.

¹¹ Fonte: IDRHA

No Quadro 51 apresenta-se a evolução das áreas de fruticultura aprovadas pelas medidas agro-ambientais nos vários modos de produção.

Quadro 50 - Áreas de fruticultura aprovadas pelas Medidas Agro-Ambientais, por ano, aos modos de Agricultura Biológica, Produção Integrada e Protecção Integrada

Anos	FRUTICULTURA			
	Agricultura Biológica (ha)	Protecção Integrada (ha)	Produção Integrada (ha)	% em relação ao total da área (*)
1994	0,0	0,0	0,0	
1995	47,0	1 141,3	121,5	1,9
1996	10,0	1 861,3	86,8	2,8
1997	10,0	1 802,5	44,0	2,6
1998	13,0	4 283,9	190,4	6,3
1999	13,0	5 815,3	13,1	8,3
2000	0,0	15,8	6,6	0,0
2001	508,0	2 372,2	507,9	4,8
2002	391,0	1 628,5	390,1	3,4
2003	1 053,0	2 309,9	1 048,1	6,2
Total	2 045,0	21 230,8	2 408,5	36,3

(*) = 70 698 ha (total área em 2003)

PRODI - maçã, pêra, uva de mesa

PI - maçã, pêra, uva de mesa, pêssego, ameixa, damasco, citrinos

Fonte: IFADAP/INGA/INE

Analisando os valores, constata-se que 36% da área total de fruticultura pratica sistemas de agricultura sustentável, representando a AB 3%, a PRODI 3% e a PI 30% da área total das espécies referidas.

A macieira é a espécie com maior percentagem da área abrangida por estes modos de produção, com 73% da área total em PI e apenas 2% em PRODI, seguida da pêra com 41% da área em PI e 15% em PRODI. As restantes fruteiras têm uma importância relativamente pequena, apenas existindo áreas em PI.

Tendo em conta que a área total de fruteiras em AB e PRODI representa menos de 7% do total, há ainda uma considerável margem de progressão nesta matéria.

Nas culturas hortícolas não houve adesão à medida PRODI das Medidas Agro-Ambientais, o que é justificado com a dificuldade de respeitar parte do normativo técnico aplicável e pela reduzida dimensão das áreas em causa, dificuldades que são extensivas à PI (Quadro 51).

No entanto, alguns operadores de hortofrutícolas exigem a certificação em PI, pelo que na prática a expressão deste modo de produção começa a ganhar alguma dimensão.

Quadro 51 - Áreas de hortícolas candidatas às Medidas Agro-Ambientais, por ano, aos modos de AB, PRODI e PI

Anos	HORTICULTURA	
	Agricultura Biológica (ha)	Protecção Integrada (ha)
1994	21,0	0,0
1995	15,0	0,0
1996	0,0	0,0
1997	0,0	0,0
1998	5,0	0,0
1999	3,0	0,0
2000	0,0	0,0
2001	23,0	530,9
2002	11,0	401,1
2003	3,0	1 051,1
Total	81,0	1 983,1

Fonte: IFADAP/INGA/INE

Relativamente ao modo de produção biológico, a adesão já tem algum significado, como se constata através do número de operadores que a ele aderiram entre 1993 e 2005 (Quadro 52). As áreas contratualizadas em cada ano têm apresentado oscilações, mas aumentaram significativamente nos últimos quatro anos, com destaque para os frutos secos.

Quadro 52 – Número de Operadores e áreas de produção notificadas em Modo de Produção Biológica no período de 1993 a 2005

Anos	Nº Operadores	Área de fruticultura	Área de Horticultura	Área de frutos secos
1993	73	227	79	-
1994	234	1 200	163	-
1995	349	1 772	212	-
1996	240	1 503	149	-
1997	278	397	91	1 094
1998	560	532	135	1 603
1999	750	692	224	1 815
2000	763	683	176	1 932
2001	983	1 038	237	2 119
2002	1 093	964	248	2 530
2003	1 196	1 251	414	2 785
2004	1 302	1 302	604	5 235
2005	1 577	1 107	817	3 519

Fonte: IDRHA

1.7.2. Destino das embalagens vazias

O destino final das embalagens vazias é um indicador ambiental de comportamento individual. A nível global, representa uma mais valia em termos de imagem do sector.

Quadro 53 – Destino das embalagens vazias nas explorações agrícolas com Pomares em 2002

Nº Total das Explorações	Queima	%	Lixo	%	Enter-ramento	%	Deixado no Campo	%	Entrega a Entidade	%	Embalagens Solúveis	%	Tripla Lavagem	%	Outros	%
27 624	18 139	66	6 877	25	1 852	7	364	1	29	0,1	21	0,1	145	1	197	1

Fonte: INE - Estatísticas Agro-Ambientais; Práticas Agrícolas em Pomares 2002

A informação disponível apenas respeita a explorações com pomares, admitindo-se que a situação ao nível da produção hortícola seja idêntica.

A queima (66%) e o despejo no lixo (25%) eram, em 2002, as práticas predominantes na eliminação das embalagens vazias, situação que tem evoluído favoravelmente, tanto mais que se trata de práticas que hoje já não são aceitáveis.

A legislação actualmente em vigor impõe a recolha das embalagens por entidades especializadas, havendo necessidade de intervenção neste domínio para organizar a recolha e entrega, para tratamento adequado.

1.7.3. Explorações que utilizam material de protecção apropriado ao aplicador de produtos fitofarmacêuticos

Tal como o anterior, é um indicador de comportamento individual, mas com grande relevância para a saúde do indivíduo que faz a aplicação do produto perigoso. A utilização de material adequado reduz os riscos de doença profissional e consequentes custos para a exploração agrícola (absentismo por doença), bem como para a sociedade em geral, normalmente não contabilizados nos custos de aplicação de pesticidas. As Estatísticas Oficiais só disponibilizam os dados referentes a explorações com pomares.

Quadro 54 - Explorações que utilizam material de protecção apropriado ao aplicador

Nº Total de Explorações								Nº Total de Explorações com Protecção Integrada									
Nº Total das Explorações	Usa na Preparação	%	Usa na Aplicação	%	Usa diferentes conforme recomendado	%	Tractor Cabinado	%	Nº Total das Explorações	Usa na Preparação	%	Usa na Aplicação	%	Usa diferentes conforme recomendado	%	Tractor Cabinado	%
31 866	17 131	54	19 826	62	4 276	13	615	2	2 043	1 608	79	1 743	85	547	27	254	12

Fonte: INE - Estatísticas Agro-Ambientais; Práticas Agrícolas em Pomares 2002

A utilização de material de protecção adequado, nas explorações agrícolas com pomares, é já uma prática predominante, embora ainda não na totalidade.

A análise dos vários indicadores de desempenho ambiental atrás enumerados, ao mesmo tempo que revela uma evolução positiva, evidencia a necessidade de uma contínua sensibilização de todos os operadores para a importância das questões ambientais e a criação de condições para o cumprimento da legislação aplicável.

2. Política de Apoios

2.1. Apoios

O conjunto dos apoios dirigidos ao sector têm origens e objectivos diferentes, como aliás para todos os restantes sectores incluídos na PAC.

2.1.1. Apoios ao Investimento

Os apoios ao investimento no sector dos frutos, produtos hortícolas e flores e plantas ornamentais abrangem três componentes fundamentais: a) ajudas à modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas; b) ajudas à construção, modernização e ampliação de estruturas de comercialização e c) ajudas às indústrias de conservação de frutos e produtos hortícolas.

a) Apoio às explorações agrícolas

A despesa pública realizada no período de 1997 a 2004 atingiu um valor médio anual de 21,96 milhões de euros, abrangendo os investimentos realizados no âmbito do PAMAF – medida 2 até 1999 e da medida 1 do Programa Agro a partir de 2000.

Considerando que a despesa pública poderá representar cerca de 40% do custo total dos projectos, o investimento médio anual neste período é de cerca de 55 milhões de euros.

Em termos relativos e no mesmo período, a fileira hortofrutícola representou cerca de 29% do total da despesa pública realizada no apoio às explorações agrícolas do conjunto dos sectores (Quadro 55).

Quadro 55 - Despesa Pública Anual (pagamentos)

Ajudas aos Investimentos (QCA II - PAMAF - Medida 2 e QCA III – PO AGRO Medida 1)

Unidade: Milhões de euros

DESCRIÇÃO DO SECTOR	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	2,50	3,41	2,98	1,99	3,35	5,16	4,93	3,95	28,26
FRUTOS FRESCAS	7,98	12,00	10,02	4,03	9,17	9,53	8,20	6,54	67,45
FRUTOS FRESCOS E SECOS	0,39	0,75	0,50	0,27	0,07	0,12	0,23	0,26	2,59
FRUTOS SECOS	1,51	1,99	2,25	1,18	1,29	1,39	2,23	1,52	13,36
HORTICOLAS	5,40	7,33	6,16	3,26	9,81	10,73	11,33	8,54	62,56
HORTICOLAS, FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0,17	0,33	0,21	0,27	0,17	0,05	0,15	0,12	1,46
TOTAL	17,95	25,81	22,13	11,00	23,85	26,98	27,06	20,93	175,69

Fonte: IFADAP

As máquinas e equipamentos, as plantações, construções e melhoramentos fundiários constituem as principais rubricas do investimento.

No que se refere às plantações, é de registar que, no período de 2001 a 2005, as áreas plantadas das principais espécies fruteiras ficaram bastante aquém das necessidades. O ritmo das plantações, longe de perspectivar o acréscimo das produções, não cobre as necessidades de reposição do potencial produtivo resultante do envelhecimento dos pomares (Quadro 56).

Quadro 56 - Programa AGRO - Medida 1 - Plantações

Unidade: ha

DESCRIÇÃO DO GRUPO	2001 *	2002	2003	2004	2005	TOTAL 2001/05	MÉDIA ANUAL
POMÓIDEAS	741,3	408,9	292,1	411,4	303,4	2157,1	431,4
PRUNÓIDEAS	567,5	316,3	226,8	174,0	441,3	1725,9	345,2
CITRINOS	763,2	361,7	103,2	217,1	369,4	1814,6	362,9
FRUTOS SECOS	883,9	552,3	336,6	539,0	423,2	2735,0	547,0
OUTRAS FRUTEIRAS	222,5	127,3	163,4	128,6	209,6	851,4	170,3
FLORES/ORNAMENTAIS	88,8	37,6	66,3	35,1	42,5	270,3	54,1

Fonte: Relatórios de Execução do AGRO (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural)

* inclui projectos reformulados oriundos do QCA II

Quadro 57 - Medida 1 - Acção 1.2 - Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas

Projectos Aprovados - Área (ha)	Total	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
Frutos	9 284,2	2 518,2	1 362,7	1 514,8	692,6	2 003,0
Pomóideas	2 157,0	419,1	453,9	1 139,0	143,5	1,5
Prunóideas	1 725,8	456,7	675,1	297,9	172,4	123,7
Citrinos	1 814,8	18,8	1,0	39,0	159,8	1 596,2
Frutos Secos	2 735,1	2 412,0	77,6	26,9	190,5	28,1
Outros Frutos	851,5	267,7	155,1	12,0	26,4	253,5
Flores e Plantas Ornamentais	270,1	99,5	16,9	37,4	86,5	29,8

Fonte: Relatórios anuais de execução do AGRO, de 2001 a 2005

A título de exemplo, a relação entre a área média anual de pomóideas plantadas no período de 2001 a 2005 (486 ha) e a área total do pomar nacional de macieiras e pereiras (33 700 ha) é de 1,4%. Se considerarmos que uma parte significativa do pomar nacional destas espécies está envelhecido, ou a necessitar reconversão, facilmente se concluirá da necessidade premente de incrementar o ritmo das novas plantações.

Numa análise efectuada com base na informação da RICA - Rede de Informação das Contabilidades Agrícolas (Quadro 58), constata-se que o investimento global da fileira (incluindo o realizado sem ajudas financeiras), em função das diversas especializações das explorações hortofrutícolas, se reparte, para o período de 2000 a 2004, do seguinte modo:

Quadro 58 – Investimento Total Efectuado em Explorações Agrícolas Especializadas em Fruticultura, Horticultura e Floricultura

Unidade: milhões de euros

Descritivo	Investimento					
	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Especialização Horticultura Extensiva	8,68	9,99	14,68	26,00	8,41	67,78
Especialização Horticultura Intensiva Ar Livre	7,80	7,90	4,90	9,02	14,73	44,36
Especialização Horticultura Estufa	8,07	3,66	16,38	8,99	6,79	43,89
Especialização Floricultura Estufa	3,54	8,49	7,29	4,54	6,52	30,38
Especialização Frutos Frescos (inc. Citrinos)	28,26	17,46	27,88	33,87	53,04	160,51
Especialização Frutos Secos	0,57	0,01	0,32	2,70	12,02	15,62
Culturas Permanentes Combinadas ou Dominantes (*)	16,83	36,02	33,87	23,00	46,18	155,90

(*) - Investimentos estimado com base nas explorações em proporção da área de fruticultura na área de permanentes
Fonte: RICA

Relativamente ao investimento realizado no âmbito da Acção 1 da Medida AGRIS, não foi possível proceder à desagregação dos dados para obtenção do peso do sector hortofrutícola.

b) Apoio à Construção, Modernização e Ampliação de Estruturas de Comercialização

Os investimentos realizados em centrais fruteiras e hortícolas, traduziram-se num investimento médio anual, no período de 1994 a 2005, de 15,3 milhões de euros, a que correspondeu uma despesa pública média de 7,1 milhões de euros/ano (Quadro 59).

Quadro 59 - Investimentos em Centrais Fruteiras e Hortícolas

Milhões de euros

Período	Nº de projectos	Investimentos total	Subsídio
1986-1993 (QCA I)	87	80,8	46,4
1994-1999 (QCA II)	50	85,8	49,3
2000-2005 (QCA III)	70	97,8	35,8
Total		264,4	131,5

Fonte: IFADAP

c) Apoio às Indústrias de Conservação e Transformação de Frutos e Produtos Hortícolas

O investimento médio anual, no período de 1994 a 2005, foi de 18,7 milhões de euros e a despesa pública de 6,4 milhões de euros. Quanto ao número de projectos aprovados, a média anual situou-se entre 7 e 8 (Quadro 60).

Quadro 60 - Investimentos em Indústrias de Transformação de Frutos e Hortícolas

Milhões de euros

Período	Nº de projectos	Investimentos total	Subsídio
1986-1993 (QCA I)	53	53,7	29,5
1994-1999 (QCA II)	50	69,7	33,2
2000-2005 (QCA III)	43	155,0	43,0
Total		278,4	105,8

Fonte: IFADAP

Quadro 61 - Despesa Pública Anual (Pagamentos). PAMAF (Medida 5.1) e AGRO (Medida 2)

Unidade: milhões/milhões de Euros

DESCRIÇÃO DO SECTOR	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	* TOTAL *
FRUTAS E HORTÍCOLAS FRESCOS	9,5	11,9	5,8	4,3	2,7	7,1	3,1	4,8	49,1
FRUTAS E HORTÍCOLAS TRANSFORMADOS	5,2	6,4	11,5	4,0	3,5	2,2	4,6	7,3	44,7
FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS				0,1		0,2	0,1		0,3
>>> TOTAL >>>	14,7	18,3	17,3	8,4	6,2	9,5	7,8	12,1	94,1

Fonte: IFADAP/INGA

No Quadro 61 apresenta-se a evolução da despesa pública anual, de 1997 a 2004, na transformação e comercialização de frutos e hortícolas (incluindo flores e plantas ornamentais, registando-se uma quebra assinalável no investimento ao longo do período considerado.

2.1.2. Medidas Agro-Ambientais

Também as ajudas concedidas através do apoio às medidas agro-ambientais se centram nos três modos de produção já enunciados.

2.1.3. Apoios no âmbito das Organizações Comuns de Mercado

Em particular, a distribuição dos apoios relativos à política de preços e mercados, em 2004 para Portugal, está resumida no Quadro 62, rondando os 40 milhões de euros, o que representa 8,4% dos apoios verificados no total da agricultura nacional

Do montante total, 85% é absorvido pelas ajudas à transformação e os restantes 15% para o sector dos frescos, sendo que o sector do tomate absorve 77% destes apoios ao sector, enquanto as ajudas ao investimento às organizações de produtores, através dos Fundos Operacionais, representam cerca de 10%.

Quadro 62 – Distribuição dos subsídios pagos em 2004

Despesas FEOGA - Garantia	Milhões de euros
Fundos Operacionais e ajudas à constituição das OP	3,9
Retiradas e outras intervenções	1,4
Frutos de casca rija	0,6
Total frutos e produtos hortícolas frescos	5,9
Restituições à exportação	0,1
Ajudas aos produtores de tomate para transformar	30,8
Ajudas aos produtores de citrinos para transformar	3,4
Total frutos e produtos hortícolas transformados	34,3
Total frutos e produtos hortícolas	40,2

Fonte: INE, CEA, Base 2000

Quadro 63 – Despesas FEOGA-Garantia

Despesa (milhões de €)	Total	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total - Frutos e Hortícolas	280,3	46,7	42,4	45,8	41,8	45,7	57,9
Frutos e Hortícolas Frescos	72,7	10,1	12,3	13,4	10,1	11,7	15,1
Bananas	42,5	7,3	9,8	8,5	5,6	5,7	5,6
Frutos de casca rijja	7,7	0,8	0,3	0,8	0,7	0,6	4,5
Fundo operacional das OP's	13,1	0,5	1,1	2,2	2,6	3,0	3,7
Retiradas e aquisições	4,3	1,5	0,8	0,4	0,2	0,6	0,8
Outras intervenções	5,1	0,0	0,3	1,5	1,0	1,8	0,5
Frutos e Hortícolas Transformados	208,2	36,7	30,1	32,5	31,8	34,3	42,8
Transformação de tomate	195,4	35,6	28,2	31,6	28,8	30,8	40,4
Tranformação de citrinos	11,7	0,8	1,7	0,7	2,8	3,4	2,3
Transformação de outros frutos	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Restituições à exportação	0,8	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Outras intervenções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	-0,6	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,3	0,0

Fonte: Relatórios financeiros relativos ao FEOGA (Comissão Europeia)

Ao nível da União Europeia a despesa com o sector hortofrutícola, em 2004, cifrou-se em 1 577 milhões de euros, representando 3,5% dos pagamentos concedidos pelo FEOGA-Garantia.

2.2. Evolução da Organização Comum de Mercado

A última reforma de envergadura da OCM dos frutos e dos produtos hortícolas, realizada em 1996, introduziu alterações com o objectivo, por um lado, da diminuição progressiva do apoio a intervenções conjunturais sobre o mercado e, por outro, do reforço das ajudas estruturais à competitividade, destinadas ao desenvolvimento da capacidade de adaptação da oferta dos produtores ao mercado.

Reconheceu-se a importância do papel das organizações de produtores (OP) na concentração da produção e no equilíbrio do mercado da indústria e da grande distribuição, pelo que foram instituídas uma série de ajudas às OP orientadas para satisfazer as exigências da qualidade e da protecção do ambiente, prefigurando a eco-condicionalidade e a importância das medidas agro-ambientais.

Na ausência de ajudas ao rendimento, as OP tornaram-se o principal canal de apoio da PAC aos produtores de frutos e hortícolas, sendo consideradas o pilar desta OCM.

O diagnóstico da situação do sector que conduziu à evolução da OCM actual, de uma forma geral é válido ainda hoje. No entanto, surgiram novas situações, como o alargamento da UE, a reforma da Política Agrícola Comum ou a continuação do movimento de liberalização das trocas comerciais, que vieram colocar novos problemas, o conjunto dos quais estarão na base do contexto da próxima reforma desta OCM.

A percepção destas alterações levou à preparação de uma nova revisão da OCM, que foi apresentada em Janeiro de 2007. A proposta da Comissão para a reforma das OCM dos frutos e

hortícolas, frescos e transformados, tem por objectivo simplificar e, tanto quanto possível, alinhar a OCM com os princípios da reforma de 2003, e apresenta como elementos essenciais:

Integração no Regime de Pagamento Único (RPU), o que significa que as superfícies de hortofrutícolas são elegíveis para efeitos de atribuição de direitos e que estas culturas podem ser instaladas em superfícies em que direitos existentes foram activados;

Supressão de todos os regimes específicos de apoio à transformação (tomate, pêra e pêsego; citrinos; figo e ameixa seca; uva passa);

A manutenção do papel central das Organizações de Produtores no quadro da OCM, importância que sai reforçada por via da supressão do mecanismo de intervenção - retiradas e das restituições à exportação;

Supressão do mecanismo de retiradas

Supressão das restituições à exportação

Manutenção do quadro geral em vigor relativamente ao regime de comércio com países terceiros, com excepção da já referida supressão das restituições às exportações.

Avaliação de Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades do sector da fruticultura

PONTOS FORTES

Condições naturais para produção precoce

Existência de capacidade produtiva instalada

Conhecimento técnico especializado

Existência de produtos de qualidade diferenciados

Existência de centrais hortícolas e agro-indústrias com capacidade empresarial nalgumas regiões

Existência de organização nalguns produtos estratégicos

PONTOS FRACOS

Deficiente organização em termos de fileira, de integração vertical e cooperação empresarial

Deficiente qualificação dos agentes da fileira, nomeadamente nas áreas de gestão e promoção

Falta de dimensão de grande parte das explorações

Desequilíbrios na apropriação das margens pelos diferentes agentes do sector com dominância da grande distribuição

Agro-indústrias e centrais não adaptadas a novas exigências

Produtos transformados pouca diversificados

Promoção incipiente e sem estratégia global interna e externa

Falta de estruturas de concentração e/ou transformação em algumas zonas de produção

Investimento atomizado e desintegrado

Falta de inovação do sector

Escassez de água e com qualidade para regar em algumas regiões

AMEAÇAS

Concorrência de Estado membros com melhor organização (Fr, IT, ESP)

Concentração dos canais de comercialização, a jusante da fileira, com pressão sobre os preços pagos à produção

Fraco poder negocial por parte da oferta sem dimensão

Homologação de produtos fitofarmacêuticos não adaptada às evoluções do sector (culturas com finalidades não cobertas, dificuldade de alternância de produtos, dificuldade de homologação exclusiva em Portugal)

Custos acrescidos resultantes de normativos comunitários mais exigentes (ambiente, segurança alimentar e protecção laboral) face a países terceiros

Quebras em termos do consumo de frutos tradicionais com transferência de consumo para as tropicais;

Tendência para o abandono da actividade em algumas regiões

OPORTUNIDADES

Maior exigência do consumidor para produtos de qualidade e diferenciados

Existência crescente de disponibilidade de variedades com boa aptidão para o mercado

Novo PDR e reforma da OCM

Imagem positiva em termos da importância dos frutos e legumes nas dietas alimentares e na saúde pública

Aumento da procura de produtos transformados, nomeadamente congelados, sumos e polpas e produtos de IV e V Gama

Potencial de exploração do consumo interno